

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

Caciana Calegari

**A INADIMPLÊNCIA NO COMÉRCIO
DE SALTO DO JACUÍ (RS) – julho/2005 a junho/2011**

Florianópolis (SC)
2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

CACIANA CALEGARO

**A INADIMPLÊNCIA NO COMÉRCIO
DE SALTO DO JACUÍ (RS) – julho/2005 a junho/2011**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Roberto Meurer

**Florianópolis
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 à aluna Caciana Calegari na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Roberto Meurer

Prof. André Alves Portela Santos

Prof. Francis Carlo Petterini Lourenço

Dedico este trabalho a meu namorado e minha mãe, pelo amor, dedicação e companheirismo de cada um. E ainda ao meu pai, que mesmo não estando mais entre nós, do céu, com certeza sempre torceu por mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida.

Em especial ao meu namorado Enio pela paciência nos momentos em que tive que abrir “mão” da sua companhia para estudar e pelo incentivo nas dificuldades. Também por ter me ensinado a importância da palavra companheirismo. Amor, te amo muito!

À minha mãe pelo exemplo de vida, mostrando como enfrentar e vencer as dificuldades com facilidade.

Ao meu orientador, Professor Roberto Meurer, pela atenção e tempo que dedicou a me ajudar durante a elaboração do trabalho.

Enfim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me incentivaram.

Tem cuidado com custos pequenos! Uma pequena fenda afunda grandes barcos.

Benjamim Franklin

RESUMO

O principal objetivo deste estudo foi o de identificar as causas do alto índice de inadimplência no comércio de Salto do Jacuí (RS). O estudo compreende o período entre julho de 2005 a junho de 2011. Para isso, foram utilizados os dados fornecidos pela Associação Comercial e Industrial de Salto do Jacuí, referentes a consultas dos comerciantes sobre pessoas cadastradas no SPC, índices mensais de inclusão e de exclusão do mesmo. Paralelamente, fez-se uma pesquisa documental a fim de identificar possíveis condicionantes para a inadimplência no município, como fenômenos naturais e desemprego causado pela finalização de obras e fechamento de fábrica que resultaram em desemprego. Estes condicionantes de fato influíram na inadimplência, bem como a política monetária governamental, com juros baixos, e o aumento do salário-mínimo real facilitaram as compras a crédito. Além disso, principalmente no primeiro ano do período estudado, a má análise na abertura do crediário está entre os maiores problemas, conforme informação da ACIS.

Palavras-chave: inadimplência – SPC – condicionantes – Salto do Jacuí

ABSTRACT

The main objective of this study was to identify the causes of high default rates on trade Salto do Jacuí (RS). The study covers the period from July 2005 to June 2011. For this, it was used data provided by the Commercial and Industrial Association of Salto do Jacuí, referring to consultations with traders about people registered in the SPC, monthly indices of inclusion and exclusion of same. In parallel, it was a desk research to identify possible constraints to the default in the city, as natural phenomena and unemployment caused by the completion of works and factory closures that have resulted in unemployment. These conditions in fact influenced the default and government monetary policy, low interest rates and to increase the minimum wage facilitated real purchases on credit. Furthermore, especially in the first year of the study period, poor analysis at the opening of credit facilities is among the biggest problems, as reported by ACIS.

Keywords: default - SPC - conditioning – Salto do Jacuí

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – PIB e PIB <i>per capita</i> , Brasil (2000-2009)	32
Gráfico 2 – Evolução do PIB <i>per capita</i> do Brasil, RS e Salto do Jacuí (2005-11).....	33
Gráfico 3 - Taxa de juros de abr/97 a Nov/11	33
Gráfico 4 - Evolução do salário-mínimo	34
Gráfico 5 - Produção agrícola de Salto do Jacuí – 2005-2010	35
Gráfico 6 – PIB Agropecuário de Salto do Jacuí – 2005-2009	36
Gráfico 7 - Agropecuária (bovinos e ovinos) de Salto do Jacuí – 2005-2010	36
Gráfico 8 – PIB Indústria de Salto do Jacuí – 2005-2009	37
Gráfico 9 – PIB Serviços de Salto do Jacuí – 2005-2009	37
Gráfico 10 - Movimento de consultas, nº de pessoas, manutenção, inclusão e exclusão SPC – julho a dezembro de 2005	39
Gráfico 11 - Movimento de consultas, nº de pessoas, manutenção, inclusão e exclusão SPC – janeiro a dezembro de 2006	40
Gráfico 12 - Movimento de consultas, nº de pessoas, manutenção, inclusão e exclusão SPC – janeiro a dezembro de 2007	41
Gráfico 13 - Movimento de consultas, nº de pessoas, manutenção, inclusão e exclusão SPC – janeiro a dezembro de 2008	41
Gráfico 14 - Movimento de consultas, nº de pessoas, manutenção, inclusão e exclusão SPC – janeiro a dezembro de 2009	42
Gráfico 15 - Movimento de consultas, nº de pessoas, manutenção, inclusão e exclusão SPC – janeiro a dezembro de 2010	42
Gráfico 16 - Movimento de consultas, nº de pessoas, manutenção, inclusão e exclusão SPC – janeiro a junho de 2011	43
Gráfico 17 – Médias anuais de inadimplência – 2006 a 2010	44
Gráfico 18 – Inadimplência em relação a consultas – 2005 a 2011	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIS	Associação Comercial, Industrial e de Serviços
BACEN	Banco Central
CDL	Câmara Dirigentes Lojistas
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CMN	Conselho Monetário Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PIB	Produto Interno Bruto
SCPC	Serviço Central de Proteção ao Crédito
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
Serasa	Serviço de Assessoria S.A. (atual Serasa Experian)
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA E PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	13
1.3 METODOLOGIA	14
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	14
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 CRÉDITO	15
2.1.1 O papel do crédito na economia	15
2.1.2 Análise e oferta de crédito	17
2.1.2.1 Os “Cs” do crédito	19
2.1.3 A interferência da política monetária na concessão de crédito	21
2.2 INADIMPLÊNCIA COMO RISCO ASSOCIADO AO CRÉDITO.....	24
2.2.1 Fatores condicionantes da inadimplência	26
2.2.2 Causa/efeito da inadimplência	27
2.2.3 Avaliação da inadimplência como risco associado ao crédito.....	28
CAPÍTULO 3 – A INADIMPLÊNCIA NO COMÉRCIO DE SALTO DO JACUÍ (RS) NO PERÍODO DE 2005-2011: UM ESTUDO DE CASO	32
3.1 DADOS MACROECONÔMICOS	32
3.2 DADOS SOCIOECONÔMICOS DE SALTO DO JACUÍ.....	34
3.3 FATORES CONDICIONANTES DA INADIMPLÊNCIA EM SALTO DO JACUÍ	37
3.4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	38
3.5 ANÁLISE DOS DADOS EM RELAÇÃO A CONDICIONANTES	43
CAPÍTULO 4 – CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	48
ANEXO A	51
ANEXO B	52
ANEXO C	53
ANEXO D	56

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

Com a globalização, a competitividade das empresas no mercado é inevitável. Assim, torna-se imprescindível a concessão de crédito no comércio. Administrar as contas a receber é de fundamental relevância para a sustentabilidade, competitividade, enfim, para a sobrevivência da empresa no mercado.

Para Assaf Neto e Silva (1997, p. 97), “o crédito diz respeito à troca de bens presentes por bens futuros”. Para Silva (2000, p. 63), “num sentido restrito e específico, crédito consiste na entrega de um valor presente mediante uma promessa de pagamento”.

A fim de incentivar o crescimento econômico com mais rapidez, o governo utiliza uma política monetária expansionista para aumentar a oferta de recursos ou de crédito com objetivo de aumentar a renda e gerar mais empregos. Assim, os consumidores podem expandir seu orçamento através de empréstimos em instituições bancárias, bem como aumentar ou antecipar um consumo desejado através da facilidade na obtenção de crédito no comércio.

A taxa Selic afeta fortemente o consumidor final, que nem sempre se dá conta disso, pois os juros encarecem os financiamentos sobre linhas de crédito, cartão de crédito, cheque especial e outros. Diante das oportunidades de consumo, as pessoas não percebem que os custos de empréstimos vão além do valor que recebem na linha de crédito e sem a mínima inteligência financeira compram carros novos, equipamentos eletrônicos, ou fazem financiamento habitacional, entre outros.

O risco de inadimplência está presente em todas as operações que envolvem crédito, porém esse risco pode ser minimizado com rigoroso cumprimento de pré-requisitos que envolvem a obtenção e a liberação de tais créditos. A democratização do crédito nos dias de hoje é evidente; a maioria da população assalariada faz uso dele.

Para o bom desenvolvimento da economia, é imprescindível que haja uma relação madura entre credor e devedor de modo que ambos possam tirar proveito das operações. Para profissionais especializados na área, é fundamental o combate à inadimplência, pois, segundo Galdi (2009, p.68), o mercado deveria ser avaliado e reavaliado constantemente e de forma abrangente sobre tendências, novos produtos, mercados acessórios e necessários, banco de dados. Galdi (2009, p.68) afirma que é imprescindível:

[...] conhecer bem o perfil da base de clientes existentes e filtrar apuradamente os novos, antes mesmo de caracterizá-los como base de dados 'trabalhável', assim fica muito mais fácil, ou menos difícil, montar uma estratégia de concessão de crédito próxima do ponto de equilíbrio entre Risco e Recompensa.

Atualmente, as empresas devem estar planejadas financeiramente para evitar riscos de recebimento e inadimplência. Visto que o desemprego cresce, a concessão de crédito diminui e os consumidores que hoje estão consumindo, amanhã não poderão cumprir com seus pagamentos, baixando as receitas.

Segundo Ortigara (2006), a maioria das empresas no Brasil está enquadrada no estágio de micro ou pequena empresa e há, no país, uma das maiores relações de empreendedores *versus* população economicamente ativa ou mesmo *versus* população total. Assim forças adversas como o câmbio, a recessão, os juros e a inadimplência são condicionantes para o fracasso dos negócios.

O objetivo desse projeto surgiu após acompanhar mensalmente o aumento de cadastros no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) de Salto do Jacuí - RS e o volume de empresas que fecham suas portas durante determinado tempo. Foi possível constatar que há falta de controle de contas a receber e não existe uma minuciosa análise antes da concessão de crédito, medidas que poderiam atenuar a inadimplência dos clientes da empresa.

Baseado nos dados obtidos junto ao Serviço de Proteção de Crédito (SPC), a Associação Comercial, Industrial e de Serviços (ACIS) de Salto do Jacuí (RS) fez um estudo estatístico sobre a inadimplência no comércio da cidade no período de julho de 2005 a junho de 2011. Os dados mostram que a inadimplência se manteve na maioria dos anos, com aumento em 2009 e no primeiro semestre de 2011. Dados obtidos junto ao Banco Central também mostram que houve um aumento no país de 11% na inadimplência nos primeiros nove meses de 2011 em relação a 2010.

Diante desse contexto em que a concessão de créditos para as empresas é inevitável devido à globalização e competitividade, a inadimplência é consequência dessa incontrollável abertura de crédito aos consumidores. Através do trabalho de pesquisa, buscou-se responder à seguinte pergunta: "Por que a inadimplência aumentou tanto no comércio das empresas de Salto do Jacuí no período de 2005 a 2011?"

Enfim, depois do estudo e análise do problema, mostram-se medidas que podem diminuir os índices de inadimplência no município, problema que muito prejudica as empresas. Assim mostrar que há solução, já que é impossível deixar de conceder crédito com a globalização e a competitividade no mercado.

1. 2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os fatores que geram a inadimplência no comércio de Salto do Jacuí e por que houve um aumento significativo no período entre 2005 e 2011.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar a importância da concessão de crédito no mundo atual globalizado;
- Analisar como é feita a venda e a análise de crédito nas empresas.
- Identificar os fatores que influenciam a inadimplência;
- Revisar a política econômica adotada de 2005 a 2011, políticas monetárias expansionista e contracionista durante esse período.
- Analisar os dados apresentados pelo Serviço de Proteção de Crédito de Salto do Jacuí-RS, Banco Central e outros órgãos em relação à inadimplência.
- Identificar mecanismos que possam controlar ou amenizar a inadimplência no setor.

1.3 Metodologia

Em relação à abordagem, a pesquisa será quantitativa devido ao uso de estatísticas, indicadores econômicos, juros, consumo e outras coletas de dados em relação a níveis de inadimplência. É também qualitativa devido a ser possível analisar os resultados obtidos a partir dos dados coletados junto à Associação Comercial e Industrial e Câmara de Dirigentes Lojistas de Salto do Jacuí, através das amostragens de números de registros no SPC e empresas que fecharam suas portas durante o período de 2005 a 2011.

Para desenvolver uma pesquisa, é necessária a utilização de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica tem por base materiais já elaborados, como livros, artigos científicos e teses acadêmicas. Com essa revisão teórica do campo da economia, é possível obter conceitos de crédito, sua importância e questões relativas à inadimplência. A pesquisa documental se baseia em materiais que ainda não receberam tratamento analítico, exemplos: pesquisas, entrevistas e outros dados que sejam relacionados ao assunto.

1.4 Estrutura do trabalho

O presente estudo está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, que se constitui na Introdução, apresenta-se o tema e a questão norteadora a ser respondida ao final do trabalho. Este capítulo também contempla os objetivos que se deseja alcançar, a metodologia e a organização do estudo.

No segundo capítulo, dentro da fundamentação teórica, abordam-se o crédito e a inadimplência, bem como aspectos relacionados a esses dois tópicos.

No terceiro capítulo, enfoca-se a inadimplência no comércio de Salto do Jacuí. Depois do estudo e análise do problema, mostram-se medidas que podem diminuir os índices de inadimplência no município, problema que muito prejudica as empresas. Assim, mostrar que há solução, já que é impossível deixar de conceder crédito com a globalização e a competitividade no mercado.

No quarto e último capítulo, apresentam-se as conclusões a respeito do estudo realizado.

CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Crédito

Segundo Blatt (1999, p.23), “crédito é ‘crer’, e crer é ‘confiar’. A palavra crédito tem sua origem no vocábulo latino *credere*, que significa: crer, confiar, acreditar, ou ainda, do substantivo *creditum*, o qual significa literalmente ‘confiança’”.

O termo crédito possui significado econômico e jurídico. Em sentido econômico, significa confiança em outra pessoa, a quem se entrega algo se esperando receber no futuro o valor equivalente; como termo jurídico, supõe o direito de se exigir o cumprimento de uma obrigação (PLÁCIDO E SILVA, 1991 apud ROCHA, 2010).

Ainda conforme Blatt (1999, p.24), “a concessão de crédito representa uma ferramenta essencial para efetuar vendas”. Por isso, o crédito hoje assume importância no faturamento das empresas, mas também envolve riscos. Esse é o conteúdo que será desenvolvido neste capítulo.

2.1.1 O papel do crédito na economia

O crédito tem sua importância no mundo atual globalizado, tendo papel fundamental e indispensável para a manutenção e desenvolvimento das civilizações. Conforme Rocha (2010), para a formação do crédito, é necessário tempo entre a aquisição e o pagamento do crédito, além de confiança entre credor e devedor.

O crédito é uma solução que se destina a todos aqueles que pretendem adquirir um bem ou um serviço, mas que, por um ou outro motivo, não têm a liquidez necessária para isso em dado momento. É uma opção por sua rapidez e facilidade.

O crédito pode ser um importante propulsor do crescimento. O aumento do volume aquece a demanda no mercado interno, atuando diretamente e de forma positiva no desempenho do PIB (Produto Interno Bruto) do país. Pode-se dizer que, ao fomentar o consumo, o crédito obriga o setor produtivo a fabricar mais bens e, por consequência, a empregar mais gente, aumentando a renda da população que, ao melhorar seu nível de renda, compra mais.

O mercado financeiro pode intermediar a oferta e a demanda por crédito, sob a forma de captação de poupança, por um lado, e, de outro, financiar investimentos privados. Cabe ao mercado financeiro avaliar o risco de crédito daqueles que serão tomadores dos recursos, a fim de prevenir possíveis riscos e evitar uma futura inadimplência. Pode-se considerar, então, que a oferta de crédito tem relação inversa ao risco de inadimplência.

Normalmente, a oferta de crédito reage de forma positiva à taxa de juros básica, no caso brasileiro, à taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Quanto mais alta é a taxa de juros, maior é a rentabilidade que os depositantes esperam e menor a propensão a consumir, assim maior a disponibilidade de recursos a serem emprestados.

Conforme o Banco Central (BACEN):

O Selic é o depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e nessa condição processa, relativamente a esses títulos, a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia. O sistema processa também a liquidação das operações definitivas e compromissadas registradas em seu ambiente, observando o modelo 1 de entrega contra pagamento. Todos os títulos são escriturais, isto é, emitidos exclusivamente na forma eletrônica. A liquidação da ponta financeira de cada operação é realizada por intermédio do STR, ao qual o Selic é interligado (BACEN < <http://www.bcb.gov.br/?SPBSELIC> > Acesso em 15 mai.2012).

Os bancos, motivados pelo lucro, exercem forte influência na economia por serem capazes de criar moeda através da ampliação do crédito. Essa ampliação do crédito está relacionada à expectativa que o banco credor tem quanto à solvência de seu tomador, já que o banco depende do fluxo de receitas futuras para honrar seus compromissos. Com a alteração das expectativas formadas pelo banco haverá alteração no volume de crédito ofertado, com efeitos nos níveis de financiamentos, de produção e de emprego.

Com o agravamento das incertezas, as instituições bancárias tendem a dar preferência por liquidez, procuram aumentar a participação de seus ativos líquidos e tendem a diminuir a oferta de crédito a terceiros. As medidas de política monetária ficam mais limitadas, e evidenciam-se os mecanismos fiscais e a oferta de crédito pelos bancos públicos.

O crédito não traz só vantagens para o mercado, pois a expansão descontrolada do crédito pode trazer riscos para a economia de um país. O principal deles é a inflação, desencadeando um conjunto de ações que poderiam colocar em xeque o crescimento econômico. Em boa parte porque, para conter a pressão inflacionária, seria necessário reverter a política de juros, elevando as taxas.

Se os juros sobem, o mercado desaquece, uma vez que um de seus grandes motores é justamente o crédito. Quanto mais crédito disponível à população, mais ela compra.

Caso o consumo aumente rápido demais e as indústrias não consigam atender à demanda, a inflação dispara seguindo a lei da oferta e da procura, ou seja, se a oferta é bem menor que a procura, os preços tendem a subir. Isso torna o investimento nas empresas essencial para evitar o reaquecimento inflacionário em épocas de crédito farto.

Ou seja, o crédito alavanca a economia do país, mas se o crescimento ocorre em demasia e sem controle, é ocasionada a inflação, cuja contenção exige desaceleração da economia. A elevação dos juros é um grande propulsor desse processo de desaceleração, visto que tende a reduzir o consumo de crédito (muitas vezes o referido movimento de frenagem pode acontecer em longo prazo).

O Plano Real, além de controlar a inflação vigente desde o início da década de 80, fez surgir um novo quadro macroeconômico, que se mantém na atualidade. Baseadas nos cinco preços macroeconômicos, o novo período se caracteriza por baixa inflação, elevada taxa de juros básica, taxa de lucro considerada baixa pelos empresários, taxa de câmbio valorizada, exceto nas crises de 1998 e 2002, e salários praticamente estagnados (BRESSER-PEREIRA, 2005).

2.1.2 Análise e oferta de crédito

Para Galdi (2009), não existe fórmula garantida para o sucesso do sistema de crediário. No entanto, uma análise antes da concessão de crédito é essencial, o que pode ser feito por uma equipe de profissionais especializados com acesso a banco de dados.

Pereira (1991 apud ROCHA, 2010, p.17) descreve que há três tipos de políticas de crédito:

- a) Política de crédito rígido: é praticada por instituições financeiras e por bancos;
- b) Política de crédito liberal: é praticada por pequenos estabelecimentos comerciais, em que a compra é anotada em caderno, o comprador não assina documento algum e os pagamentos parcelados não têm valor fixo e não se exigem garantias;
- c) Política de crédito utilizável: tem suas normas e regras, mas a compra é ajustada ao poder do cliente. É o sistema de crediário mais usado no comércio lojista. Nele, o setor de Credíário é orientado para facilitar a venda, através das seguintes opções: - aumento do plano de pagamento (quantidade de prestações, substituição da mercadoria por uma de menor preço, diminuição do volume de produtos, limitação do crédito com base na renda familiar, exigência de um avalista e exigência de uma entrada, para diminuir o valor da prestação.

Assim, uma análise financeira do candidato ao crédito deve envolver os recursos financeiros de que o mesmo dispõe, como, por exemplo, fontes de renda, e a partir daí estabelecer um limite de crédito.

Um dado importante é a questão do prazo de pagamento, ou seja, o número de parcelas e seu valor, uma vez que isso pode comprometer o fluxo de caixa do credor. Tanto para curto como longo prazo, é necessário um planejamento prévio.

Para Blatt (1999), uma análise de crédito deve ter também como objetivos a realização de novos negócios e o acompanhamento da situação do cliente. Por isso, é preciso verificar o risco de uma nova negociação caso o cliente tenha alguma em andamento, número de parcelas e valores e as implicações de um novo crédito.

De acordo com Schrickel (1998), a análise de crédito tem por objetivo identificar os riscos e a capacidade de saldar a dívida por parte do tomador de crédito, inclusive o montante do mesmo.

Blatt (1998) agrupa os objetivos da análise de crédito em cinco categorias:

- a) Condições do devedor em saldar sua dívida no prazo combinado;
- b) Recursos disponíveis para pagamento da dívida;
- c) Verificação do nível de endividamento do tomador de crédito;
- d) Prioridades dos direitos da empresa credora em relação a outros credores;
- e) Planejamento financeiro do tomador do crédito.

A análise de crédito é um processo que, segundo Blatt (1998, p.93), “cobre uma estrutura mais ampla do que simplesmente analisar o crédito de um cliente e dados financeiros para a tomada de decisão com propósitos creditícios”.

Para o processo de análise e concessão de crédito, são possíveis duas técnicas: a subjetiva, baseada no julgamento humano, e a objetiva, baseada em dados estatísticos. Em relação à técnica subjetiva, Schrickel (1998, p.27) afirma que “a análise de crédito envolve a habilidade de fazer uma decisão de crédito dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações e informações incompletas”. Isso pressupõe experiência por parte do agente de crédito que verifica as reais possibilidades de concessão, obtendo o máximo de informações pessoais e profissionais, além de consulta a órgãos como SERASA, SPC e BACEN.

Blatt (1999) também se refere ao fator subjetivo na concessão de crédito, que é a confiança. Seria o caso de se perguntar o quanto de confiança pode ser dada a um cliente. Essa confiança teria que ser traduzida em números, o que nem sempre é possível fazer.

Para uma boa concessão de crédito, de acordo com Blatt (1999, p.31), não se deve conceder crédito nos seguintes casos:

- . Quando não há atendimento aos princípios de seleção, de garantia, de liquidez e de riscos diversos;
- . Renovação de créditos a clientes inadimplentes, mesmo que com outros credores;
- . Créditos superiores aos limites estabelecidos;
- . Créditos a clientes com restrições cadastrais ou com ficha cadastral desatualizada (CMN, 1988);
- . Créditos sem um documento ou título representativo da dívida (contrato, nota promissória).

2.1.2.1 Os “Cs” do crédito

Em algumas instituições financeiras, as análises subjetivas para concessão de crédito (baseadas em cadastros) estão sendo complementadas por sistemas que visam garantir maior segurança nas operações. Tais sistemas constituem-se principalmente de *balanced scorecard*¹, que conferem pesos às características mais relevantes que os tomadores devem apresentar, tais como capacidade, caráter, condições, capital e colateral, os chamados 5 “Cs” do crédito. Segue a definição de cada um deles (ALVES, 2009; BLATT, 1999):

a) **caráter:** refere-se à vontade do cliente em honrar seus compromissos, ou seja, intenção de pagar. Está ligado à honestidade, idoneidade e reputação. Possivelmente, é o componente mais importante da aparência geral do cliente;

b) **capacidade:** é a habilidade, competência empresarial ou profissional do indivíduo, bem como o seu potencial de produção e/ou comercialização. Refere-se aos fatores internos: tradição, experiência, formação, capacidade instalada, recursos humanos, grau de tecnologia, projetos de modernização, instalações, fontes de matéria-prima, entre outros. A capacidade confere um caráter multiplicador ao estar atrelada à habilidade de a empresa manter-se em equilíbrio e competência;

¹ *Balanced Scorecard* é uma técnica que visa à integração e balanceamento de todos os principais indicadores de desempenho existentes em uma empresa, desde os financeiros/administrativos até os relativos aos processos internos, estabelecendo objetivos da qualidade dos indicadores para funções e níveis relevantes dentro da organização.

c) **condição do negócio:** está ligada a fatores externos e macroeconômicos do ambiente em que está inserido o tomador, como interferências governamentais, conjuntura nacional e internacional, concorrência, variações de mercado, que exercem grande influência na atividade empresarial ou individual;

d) **capital:** refere-se à situação econômico-financeira do cliente (bens e recursos possuídos para saldar seus débitos). Para pessoa física, refere-se aos rendimentos, composição das despesas, evolução e qualidade do patrimônio e capacidade de endividamento;

e) **colateral:** capacidade acessória de oferecer garantias adicionais para cobrir o valor da operação.

Aos 5 “Cs” tradicionais do crédito, Blatt (1999) acrescenta o C de conglomerado. Este diz respeito à análise de um conjunto. Se for uma instituição, por exemplo, que é formada por várias empresas, não basta analisar uma empresa que pertence ao grupo, mas o conjunto de empresas e se este tem condições de saldar o compromisso de pagamento.

No caso de pessoas físicas, não se analisa só o indivíduo que pleiteia o crédito, mas também o conglomerado familiar, como o cônjuge, os dependentes e os garantidores do grupo.

Blatt (1999) também faz referência a outros “Cs”, que ele considera como os “Cs” modernos do crédito: consistência, comunicação e controle. Para a consistência, as palavras-chave são: política do credor, conjuntura econômica e estrutura do cliente. A comunicação se refere à agilidade em se obter informações sobre o tomador de crédito. Já o controle diz respeito ao acompanhamento do crédito concedido, o que poderá minimizar ou até evitar inadimplência futura.

A realidade atual fez surgir outros três “Cs” do crédito, conforme Blatt (1999), que são: concorrência, custos e caixa. Estes três “Cs” estão mais relacionados a empresas. Na concorrência, avalia-se o potencial que a empresa tem de competir em relação a seus produtos. Do mesmo modo, a avaliação do controle de custos da empresa é importante, no sentido de que a empresa deve gerir de forma harmoniosa todos os seus setores. Blatt (1999, p.49) menciona que “a geração de caixa é uma medida da viabilidade de uma empresa”. Daí que o indicativo de liquidez de uma empresa é fator positivo para a concessão de crédito.

A criação de cadastros pode ser uma das alternativas para minimizar o impasse entre credores e devedores, já que os mesmos passam a ter objetivos divergentes, pois, conforme explicitado por Maia (2009), “os tomadores de recursos preferem os projetos mais audaciosos e com taxas de juros mais baixas e os bancos, justamente o contrário”. Normalmente os possíveis tomadores recebem uma classificação que varia de acordo com o risco de seus

projetos, uma vez que a probabilidade de pagamento está associada ao risco que o projeto apresenta. Feita a avaliação do risco, o banco pode fixar a taxa de juros de acordo com a avaliação efetuada e conceder o crédito, ou não, se o banco concluir que o risco não compensa.

2.1.3 A interferência da política monetária na concessão de crédito

O consumo pode ser um importante propulsor do crescimento. Por isso o governo pode adotar uma política monetária expansionista, utilizando como medida principal a redução dos juros. Conforme Arienti (2009, p. 44), “no governo a política monetária expansionista não é nada mais do que a compra títulos da dívida pública aumentando a oferta monetária e reduzindo os juros”.

Ainda de acordo com Arienti (2009, p. 100), “se a política monetária expansionista afetar de maneira positiva as expectativas dos investidores, das empresas e dos consumidores sobre a taxa de juros e o produto futuro esperados, então os efeitos sobre a taxa de juros e o produto atual serão bem maiores”. Fomentando o consumo, o crédito obriga o setor produtivo a fabricar mais bens; em conseqüência, as indústrias aumentam a oferta de emprego, aumenta a renda da população, e o dinheiro circula mais.

A política macroeconômica possui um caráter ortodoxo convencional; caracteriza-se por desenvolvimento baseado no recurso à poupança externa, por controle da inflação por meio de política fiscal rígida e política de taxa de juros básica, mantendo a taxa Selic em nível real elevado (BRESSER-PEREIRA, 2005).

A política monetária tem como um de seus objetivos influenciar o nível das taxas de juros de curto prazo, efetuando mudanças nas reservas bancárias. Para realizar sua política monetária, o Banco Central faz uso dos chamados “instrumentos de política monetária”, os quais afetam também as chamadas metas intermediárias. Assim, para o mercado de crédito, estes instrumentos são de fundamental importância, na medida em que afetam diretamente os fatores que influenciam nas condições de acesso ao crédito, bem como nas condições gerais da economia. Entre eles, o uso das taxas de juros tem uma importância essencial, pois seus efeitos podem alcançar diversos níveis da atividade econômica.

Lopes e Rossetti (1998) apresentam as três formas de intervenção direta feitas pelas autoridades monetárias. A primeira é o controle do volume e da destinação do crédito; a

segunda, o controle das taxas de juros; e a terceira, a determinação dos prazos, dos limites e das condições dos empréstimos.

Neste quadro, em que a realidade são as crescentes dificuldades no acesso às linhas tradicionais de crédito, algumas empresas passam a buscar recursos fora dos bancos.

Assim, apesar do volume de crédito para as empresas ter assumido uma tendência de crescimento há algum tempo, este crescimento acontece não só nas fontes tradicionais.

Em relação aos instrumentos alternativos utilizados no financiamento de algumas operações, como de capital de giro, por exemplo, tiveram um incremento no seu crescimento fora dos bancos, e passam a ganhar mais velocidade na medida em que as empresas, principalmente as de pequeno e médio porte, esbarram nas dificuldades do acesso ao crédito tradicional. Um exemplo pode ser o desconto de recebíveis dos cartões de crédito, um mercado fortemente concentrado nas grandes empresas, que vem ganhando um espaço cada vez maior em pequenas e médias empresas (CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004).

Segundo Lopes e Rossetti (1998), a taxa de juros é um mecanismo pelo qual o governo controla e seleciona o crédito. Além disso, ela é utilizada para corrigir outros problemas dentro da economia, tendo como resultado, em muitos casos, conseqüências negativas para o mercado de crédito, na medida em que se torna uma das principais barreiras ao seu acesso.

Para Carvalho e Abramovay (2004), uma das conseqüências dos juros altos acontece a partir da assimetria de informações, situação esta em que uma das partes possui informação privilegiada acerca do objeto do contratado, o que pode levar a parte beneficiada pelas informações a agir em seu favor. Neste sentido, pode-se observar também que a assimetria de informações pode aumentar os riscos das operações de crédito, na medida em que estimula atitudes oportunistas, a que nem sempre os tomadores de crédito dão atenção.

Assim, o aumento das taxas de juros pode se converter em mecanismo para inibir o risco presente nas operações de crédito, em que o efeito pode ser um aumento nos índices de inadimplência. Isto também se deve ao fato de que os projetos mais propensos a buscarem crédito na economia são aqueles mais arriscados (seleção adversa), pois sua rentabilidade maior os possibilita atender às necessidades de juros (CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004).

A prática de taxas de juros elevados é um mecanismo que aumenta o lucro dos bancos, além de ser um instrumento de política monetária. No entanto, pode contribuir de forma negativa em relação ao crédito, pois pode induzir ao aumento dos riscos e da inadimplência ou dificultar o financiamento de bons projetos.

Os principais riscos de crédito são: do cliente, da operação, da concentração do crédito, da administração, de mercado, legal, de imagem, de liquidez, de conjuntura e o

operacional. Todos têm impacto na política de concessão de crédito, uma vez que podem provocar a inadimplência.

Na década de 90, ocorreram algumas mudanças em relação ao risco crédito no Brasil. A primeira delas é que, após a introdução do Plano Real, em 1994, algumas mudanças na economia brasileira fizeram com que a administração de risco de crédito fosse levada a sério. Antes disso, a alta inflação havia inibido o crescimento do mercado de empréstimos no país. Ao invés de emprestar a clientes do setor privado (a um risco de crédito maior), os grandes bancos comerciais preferiam financiar a dívida interna do país (a um risco de crédito menor), com maior liquidez, mas ainda assim cobrando altas taxas de juros.

A segunda é que a estabilidade econômica motivada pelo Plano Real estimulou a adoção de sistemas mais sofisticados de avaliação e gerenciamento de risco de crédito. Grandes bancos de varejo brasileiro desenvolveram e implementaram técnicas de avaliação de créditos individuais, como *credit scoring*² e *behavior scoring*³. Ao mesmo tempo, as instituições financeiras passaram a organizar bancos de dados contendo séries históricas de *credit scoring* e *behavior scoring*, além de “estatísticas de inadimplência, perdas e recuperações. Estes bancos de dados possibilitaram um refinamento ainda maior no processo de avaliação de crédito e das técnicas de administração de riscos” (PRADO ET AL. s/d, p.3)

Conforme Blatt (1999, p.108), *credit scoring* é uma “análise discriminante aplicada às decisões de crédito”. Trata-se de um levantamento estatístico de dados referentes a situações passadas do que resultará numa decisão favorável ou não.

O *behavior scoring*, de acordo com Blatt (1999, p.128-129), é semelhante ao *credit scoring*, “mas usa para seus dados de desenvolvimento o comportamento atual dos tomadores de crédito”.

2.2 A inadimplência como risco associado ao crédito

² Pontuação de crédito.

³ Pontuação por comportamento.

De acordo com Alves (2009, p.32), “a probabilidade de perda é inerente à atividade de crédito e não pode ser eliminada”. O risco de crédito é a possibilidade de não recebimento do valor da transação, portanto, inadimplência.

De acordo com Silva (1997, p.314) créditos inadimplentes são “aqueles que apresentam dificuldades de serem recebidos e conseqüentemente acarretam perdas para o credor”. Se todas as alternativas de negociação com o credor não obtiverem sucesso, os dados são enviados para cadastro no SPC. Esse cadastro tem como objetivo impedir que o cliente inadimplente possa obter crédito em outra empresa.

Conforme o art. 397 do Novo Código Civil Brasileiro, “o inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor”.

De acordo com o apontamento de Machado (2009), há diferença entre inadimplência e atraso. A primeira caracteriza-se pelo não cumprimento de um compromisso assumido por um período superior a 30 dias da data de vencimento.

No segundo caso, atraso é classificado pelo tempo que compreende o primeiro até o trigésimo dia após o vencimento do débito. Essa distinção é necessária, porque, segundo a CDL (Walbuza (2003), a inadimplência ocorre quando não há pagamento de parcelas e/ou valores de bens e serviços vencidos há mais de trinta dias do acordo original de compra.

Conforme aponta Fiorentini (2004), consultora do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a grande maioria das organizações sofre com consumidores inadimplentes, sendo um dos fatores que mais atingem os setores do comércio e de serviços. A indústria, pelo fato de geralmente ter clientes fixos, recebe menor influência dos prejuízos advindos da inadimplência.

A inadimplência, no que se refere ao contexto nacional, pode ser classificada por qualquer das áreas específicas da ciência, pois abrange diversos aspectos, tais como: social, econômico e jurídico, conforme destaca Walbuza (2003). Na concepção desta autora, outro fator relevante nessa discussão é que a inadimplência pode ser confrontada ora como causa ora como efeito, tendo o cenário econômico como base.

A inadimplência tanto pode ser a causa que motive melhores análises de risco de crédito em diversos segmentos de mercado como também pode provocar uma redução na expansão de crédito, ou ainda, pode ser efeito de políticas econômicas mal elaboradas, de desemprego ou de qualquer outro fenômeno social (WALBUZA, 2003).

A inadimplência pode ser interpretada como uma situação na qual se esgotaram todas as alternativas de negociação para recuperação do crédito concedido e tem como conseqüência, entre outras, o envio de informações dos clientes inadimplentes para empresas

que atuam na proteção do crédito com um cadastro negativo dos mesmos, tais como o Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) e a Serasa Experian.

Para Silva (1997), o inadimplemento representa um dos maiores problemas na concessão de crédito, pois influencia diretamente nas condições de acesso ao crédito e no volume de crédito ofertado. Em períodos de níveis altos de inadimplência, o mercado de crédito sofre ajustes nos critérios de concessão, visando uma menor exposição das instituições financeiras à inadimplência.

Como forma de proteção e precaução, as instituições financeiras, além dos serviços que disponibilizam informações sobre clientes já inadimplentes e seus respectivos históricos de inadimplência, como os já citados SCPC e a Serasa, contam com outras formas de minimizar os riscos de não cumprimento dos contratos dos tomadores de crédito.

A inadimplência prejudica tanto credores quanto devedores, além de afetar a avaliação sistêmica. Quando os bancos, por exemplo, não recebem o valor que foi emprestado aos inadimplentes, quem arca com esses prejuízos são os outros tomadores, já que os bancos incorporam na taxa de juros o risco de inadimplência, que seria um aumento do *spread*. Isso acontece em todos os mercados financeiros, no mundo inteiro.

Até 2001 as estatísticas e índices que tratavam da inadimplência baseavam-se nas ocorrências de cheques devolvidos e no volume de títulos protestados, que por serem indicadores isolados e não contemplarem todos os meios de pagamento, não correspondia aos índices reais. A necessidade de criação de um índice que contemplasse todos os meios de pagamentos, que tivesse um critério objetivo, com um tratamento metodológico-científico e imparcialidade levou a Serasa a desenvolver em 2002 o Indicador Serasa de Inadimplência. O índice sugere uma inovação na forma de análise de seus resultados, sempre os comparando com o volume de crédito total ofertado, e ainda separando os resultados para pessoa física e pessoa jurídica.

2.2.1 Fatores condicionantes da inadimplência

Com a concessão de crédito, surgem fatores que influenciam a inadimplência. O chamado “risco” e taxa de risco são componentes que formam o custo do crédito. O estudo do risco é obtido através da microeconomia, devido ao problema da informação assimétrica.

Em todas as operações de crédito está presente o risco, que, de acordo com Schrickel (1998, p.25), “pelo fato de esta cessão patrimonial envolver expectativas quanto ao recebimento de volta da parte cedida, é imperativo reconhecer que a qualquer crédito está associada a noção de risco”.

No momento que o crédito é concedido, alguns fatores são decisivos para o surgimento da inadimplência. Entre eles estão o “risco” e taxa de risco. A avaliação do risco e decisão de crédito é essencial (BLATT, 1999,. Em todas as operações de crédito está presente o risco, que, de acordo com Schrickel (1998, p.25), “pelo fato de esta cessão patrimonial envolver expectativas quanto ao recebimento de volta da parte cedida, é imperativo reconhecer que a qualquer crédito está associada à noção de risco”.

Conforme Alves (2009, p.34), os riscos de crédito podem ser não-sistêmicos (internos) ou sistêmicos (externos), que são “riscos ligados a medidas políticas e econômicas, riscos ligados aos fenômenos naturais e a eventos imprevisíveis, riscos ligados ao tipo de atividade, riscos ligados ao mercado, riscos ligados ao tipo de operação de crédito”.

O risco de crédito é a possibilidade de um agente econômico não honrar seus compromissos financeiros, seja não honrando o pagamento de juros ou do capital principal, ocasionando assim um prejuízo aos credores. (BADER, 2002).

De acordo com Bader (2002, p.10):

O risco de crédito afeta tanto os credores como os devedores. Os tomadores são afetados pelo risco de crédito, pois o custo do empréstimo depende de forma crucial do seu risco de inadimplência. Além disso, uma mudança na perspectiva da economia pode alterar o prêmio pelo risco de crédito; uma expectativa de recessão econômica aumentará o prêmio pelo risco de crédito, em média, e aumentará o custo de empréstimos para todos os eventuais tomadores, independente de sua classificação de crédito (*rating*).

Combater a inadimplência exige o conhecimento das causas de sua existência. Somente dessa forma será possível efetivar-se um controle preciso e mesmo prevenir-se contra sua ocorrência.

Para Walbuza (2003), uma das causas é o desconhecimento, por parte do consumidor, das taxas de juros empregadas pelas empresas na venda de bens ou na prestação de serviços. Outro fator é a falta de planejamento financeiro das pessoas em relação a suas receitas e compromissos. A ocorrência dessas causas se acentua ainda mais em tempos de crise.

De modo geral, os empresários devem estar atentos para os seguintes aspectos:

- Sazonalidade, ou seja, em que épocas do ano a inadimplência é maior ou menor;
- Número de prestações em atraso;
- Valor médio das prestações em atraso;
- Verificação do tempo de abertura da conta corrente, pois contas correntes abertas há

menos de um ano têm maior índice de inadimplência.

No que se refere à sazonalidade, destacam-se dados importantes para o setor do comércio e serviços. A inadimplência incide com maior frequência nos três primeiros meses do ano, em decorrência das vendas efetuadas no mês de dezembro. É justamente no início do ano que ocorre uma queda nas atividades do comércio, deixando assim muitos empresários em dificuldades, tendo em vista que contavam com o pagamento das vendas parceladas de final de ano, para suprir o baixo volume de vendas (SCHRINCKEL, 2004 apud BORGES, 2009, p.37).

Ainda em relação à sazonalidade, há aumento das vendas no final do ano, quando a maioria das pessoas recebe o 13º salário e passa a consumir mais e de forma parcelada, por meio de cheques pré-datados, carnês ou cartões de crédito.

2.2.2 Causa/efeito da inadimplência

As conseqüências da inadimplência geram reações econômicas e sociais em cadeia que afetam direta e indiretamente os consumidores e toda a rede produtiva.

Um impacto estrutural econômico em grande escala, quando se levanta os índices relativos às micro e pequenas empresas, surgem fatores que podem ser condicionantes à inadimplência das empresas e consumidores. Conforme Ortigara (2006), dois dos elementos que podem originar a extinção de uma empresa estão associados à falta de planejamento antes da abertura do negócio e deficiência na gestão.

Há, em rigor, necessidade de maior observância a causas que encerram uma empresa e, principalmente, dever do gestor em avaliar os impactos da inadimplência bem como tentar se munir de subterfúgios que possibilitem uma sobrevivência organizacional mais duradoura.

Segundo Ortigara (2006), os maus pagadores representam 16% das razões para o fechamento das empresas, ou seja, a inadimplência ocupa o 4º lugar no ranking dessas mesmas razões. Outro levantamento importante é a falta concessão de crédito bancário, que

representa 14% das opiniões das causas do encerramento das empresas, no ranking, classificada como a 5ª causa principal.

2.2.3 Recuperação de créditos

A inadimplência é inevitável em instituições que tratam com grande volume de crédito, porém é preciso minimizar tanto quanto possível seu patamar. Passado o período de oferta do crédito, vem a preocupação em reavê-lo sob a forma acordada. Quando isso não acontece, é preciso investir em ações de recuperação de crédito, porém é preciso alcançar o propósito de reaver o crédito concedido e ainda se preocupar com a fidelização do cliente. É muito usual entre as instituições que oferecem crédito realizar um trabalho de manutenção dos clientes após regularização dos débitos.

No processo de recuperação de crédito pode estar uma ótima oportunidade para esse fim. Isso porque, no processo de negociação, se esse ocorrer de forma tempestiva e com presteza, o contato com o cliente pode aproximá-lo ainda mais da instituição, permitindo que sejam criados vínculos duradouros. O objetivo da negociação é saber o limite real da outra parte, ou seja, até onde o cliente pode ir.

Para que o processo de cobrança e recuperação de crédito ocorra com êxito, é imprescindível que o cadastro dos clientes esteja atualizado e com o máximo de informações possíveis, principalmente quanto à localização desses clientes, como telefones e endereços.

Se em dado momento informações sobre o comportamento de determinado cliente levantarem preocupações quanto à quitação de suas operações com a instituição credora, a mesma começa a adotar ações preventivas, tais como estabelecimento de prazos ou alteração da linha de crédito contratada inicialmente a fim de reescalonar as dívidas. Caso essas medidas não logrem êxito e se efetive o não cumprimento das obrigações por parte do devedor, inicia-se o uso de técnicas legais que visam ao constrangimento moral, como anotações restritivas no cadastro que o cliente mantém na instituição, registro de ocorrência em órgão de proteção ao crédito (SCPC, Serasa), telecobrança, terceirização da cobrança, cessão da dívida e, por fim, ajuizamento da dívida.

Na telecobrança, é necessário que a negociação alcance o máximo de eficiência através de “teleaviso de inadimplência”, quando os operadores ligam para o cliente devedor e o lembram do não pagamento de suas parcelas, e de “telenegociação”, na qual é negociada a

regularização dos débitos para que o bem (garantia) não tenha que ser reavido pelo credor. Qualquer que seja o modo convém lembrar que o melhor acordo é aquele em que todos saem satisfeitos.

As empresas de crédito, devido aos problemas de inadimplência – causados pela escassez de capital próprio, o afrouxamento no fornecimento do crédito, as elevadas taxas praticadas no crédito – necessitam utilizar-se de alguma estrutura para realizar o trabalho de cobrança. É comum esse trabalho ser realizado por pessoal da área de concessão da empresa, sem especialização e tampouco treinamento adequado necessário ao exercício da função de cobrança. Muitas vezes o próprio empregado que concedeu o crédito recebe a incumbência da cobrança desse crédito. A cobrança de dívidas realizadas nas instituições não é sistematizada ou padronizada, e os mecanismos de cobrança utilizados tendem a dar o mesmo tratamento para diversos tipos de cliente e de dívidas. O processo nessa situação eleva o custo de cobrança para a instituição.

A recuperação de créditos é a missão mais difícil de qualquer instituição financeira, principalmente quando essa instituição está nos limites da inadimplência resultantes do não recebimento dos créditos concedidos

Findas as alternativas de cobrança, iniciam-se as ações de recuperação de crédito, sempre visando eliminar ou ao menos minimizar as perdas do credor. As operações inadimplentes podem ser cobradas por via administrativa ou judicial. Na via administrativa, geralmente realizada pela própria instituição fornecedora do crédito ou por empresa terceirizada contratada para esse fim, a negociação é mais amena; já a negociação por vias judiciais (litigiosa) normalmente é resultado de um impasse entre a instituição credora e o devedor.

Uma das alternativas de recuperação de créditos é a terceirização da cobrança, que tem como principal característica a prestação de serviços de cobrança extrajudicial, que englobam a cobrança de promissórias, duplicatas, cheques e cobrança bancária, sem que seja necessária a atuação de advogado.

Esse tipo de prestação de serviços atende desde as microempresas até aquelas de grande porte, que em sua maioria não possuem estrutura para realização de cobranças extrajudiciais ou chegam à conclusão de que a terceirização do trabalho é mais vantajosa e lucrativa para sua empresa.

A cobrança tradicional tem início depois de 30 dias de atraso do pagamento e é realizada por meio de equipes treinadas para essa modalidade de cobrança. É importante

ressaltar que todos os tipos de cobrança devem estar de acordo com as normas estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor.

As ações mais comuns de recuperação de crédito envolvem previamente um comunicado formal ao devedor de que suas operações encontram-se em atraso de pagamento e que, por esse motivo, seu nome será incluso nos órgãos de proteção ao crédito, caso a pendência não seja regularizada no prazo estabelecido no comunicado. Se o débito não for regularizado, o devedor é incluído nas listas negativas de órgão como SCPC e Serasa.

A Lei 8.078 (Código de Defesa do Consumidor, 1990) estabelece que somente é possível “negativar” um devedor nos órgãos de proteção ao crédito após prévia comunicação ao mesmo. Essa comunicação pode ser realizada por meio dos Correios (carta registrada e com aviso de recebimento – AR), Cartório de Títulos e Documentos, ou mesmo pessoalmente, desde que seja protocolado o documento de notificação entregue ao devedor. E ainda, no artigo 71 do Código, é estabelecida como penalidade a detenção de três meses a um ano e multa para quem:

[...] utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer (Código de Defesa do Consumidor – lei 8.078, 1990).

O SEBRAE, em estudo realizado em 2007, propõe algumas normas para se obter êxito no processo de recuperação de dívidas:

- i. Cobrança instantânea: quanto mais rápida e eficaz a cobrança, menos será a dívida. Portanto, deve ser iniciado o prazo de três a dez dias de atraso no pagamento, tornando mais eficaz a recuperação do crédito e reduzindo os índices de inadimplência;
- ii. Cobrança tradicional prévia: cobrança tradicional é aquela iniciada habitualmente após 30 dias de atraso no pagamento, por equipes treinadas para esse tipo de cobrança e que respeitem as normas contidas no Código de Defesa do Consumidor;
- iii. Os títulos ou débitos protestados, ou seja, aqueles intimados pelo cartório e não pagos pelos devedores no prazo legal, são automaticamente comunicados para todos os cadastros de proteção ao crédito e sem qualquer despesa para os credores;
- iv. A utilização de protesto é eficiente tendo em vista sua legalidade, agilidade, eficácia e não tem custos adicionais para o credor, não é coercitivo e não causa constrangimentos, assim evita conflitos com o Código de Defesa do Consumidor.

Se mesmo após a realização da cobrança prévia a dívida não for regularizada, o credor poderá dar início à cobrança judicial. Para isso é necessária a contratação de advogado para que se ingresse com uma ação judicial cabível. Normalmente, a cobrança judicial é vantajosa para operações acima de R\$ 1.000,00 (mil reais). Já para títulos abaixo de R\$ 1.000,00 é melhor que, após os procedimentos da cobrança tradicional, sejam encaminhados ao cartório de protestos (BLATT, 1998).

O empresário que desejar se eximir de riscos e evitar tarefas relacionadas à recuperação e seu crédito poderá preferir por não conferir o crédito diretamente ao consumidor, utilizando para isso os serviços de uma financeira ou terceirizar a administração de suas operações de crédito para empresas especializadas.

Enfim, para minimizar o problema da inadimplência, a concessão de crédito deve ser realizada dentro de certas garantias de que o débito será pago. Como refere Blatt (1999, p.27), “administração de crédito é uma arte, não uma ciência”.

No próximo capítulo, analisa-se o elevado índice de inadimplência no comércio de Salto do Jacuí, procurando-se identificar fatores condicionantes para tal ocorrência.

CAPÍTULO 3 – A INADIMPLÊNCIA NO COMÉRCIO DE SALTO DO JACUÍ (RS)

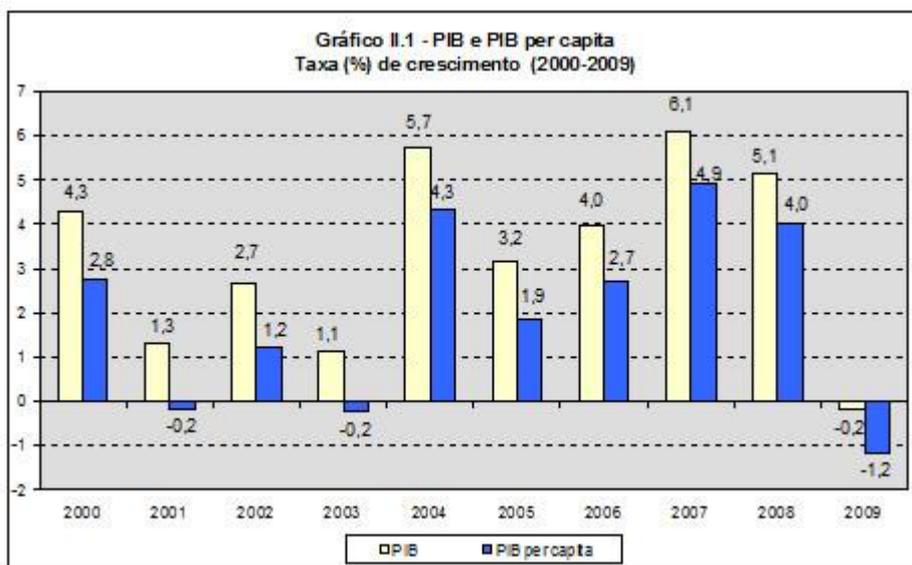
Este capítulo tem por objetivo a análise da inadimplência em Salto do Jacuí (RS). Mas antes de fazer esta análise no contexto local, são apresentados alguns dados macroeconômicos a nível nacional e estadual que podem ter alguma relação com o fenômeno no comércio do município em questão.

A seguir, apresentam-se os dados socioeconômicos de Salto do Jacuí e analisam-se os dados fornecidos pela ACIS do município e os fatores que podem ter agido como condicionantes.

3.1 Dados macroeconômicos

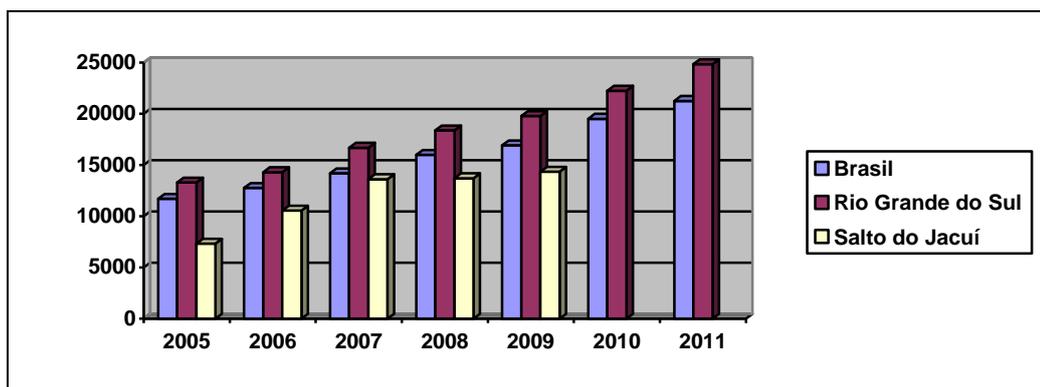
Observando-se o gráfico 1, percebe-se que o PIB nacional cresceu 6,1% em 2007, sendo mais alto de 2000 a 2009. De 2005 e 2008, o PIB não teve grandes variações, já em 2009 a queda foi inevitável, como resultado da crise mundial que prejudicou vários países, inclusive o Brasil, ficando negativo (-0,2%).

Gráfico 1 – PIB e PIB per capita – Brasil (2000-2009)



Fonte: IBGE

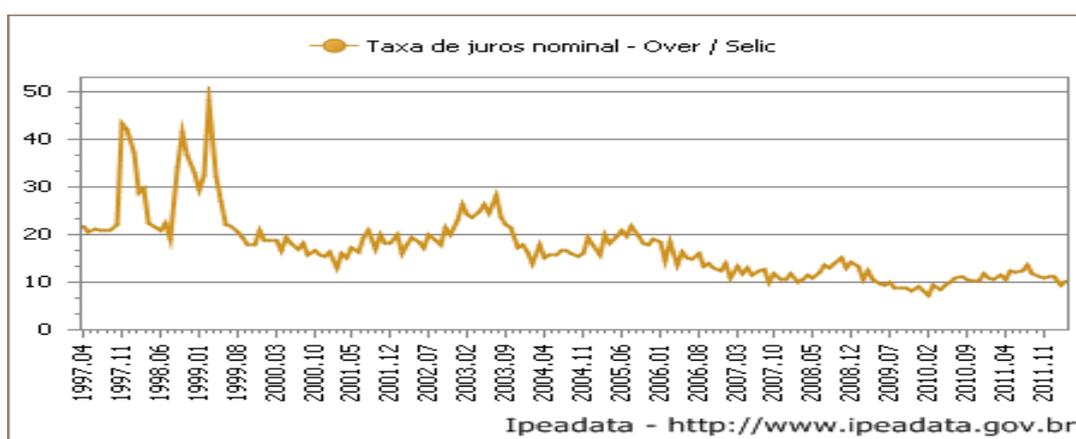
Conforme o gráfico 2, o PIB *per capita* do Rio Grande do Sul evoluiu constantemente de 2005 a 2011, sendo sempre superior ao do Brasil. O PIB per capita de Salto do Jacuí também evoluiu, mas teve aumentos pequenos entre os anos 2007 a 2009.

Gráfico 2 – Evolução do PIB *per capita* do Brasil, RS e Salto do Jacuí (2005-2011)

Fonte: IBGE

O gráfico 3 demonstra a taxa de juros nominal Selic de 1997 a 2011. No início de 2005, a taxa era de 18,5% ao mês, subindo para 19,25% em maio; após esse período, os juros foram caindo até maio de 2008, quando têm uma pequena elevação. A partir daí, novamente caem até fevereiro de 2010 e tornam a subir um pouco e novamente caem em novembro de 2011.. Neste ano, a taxa de juros ficou em média de 12%. Para a economia do Brasil, essa queda nos juros alavancou o crescimento econômico do país e também incentivou a população a comprar mais.

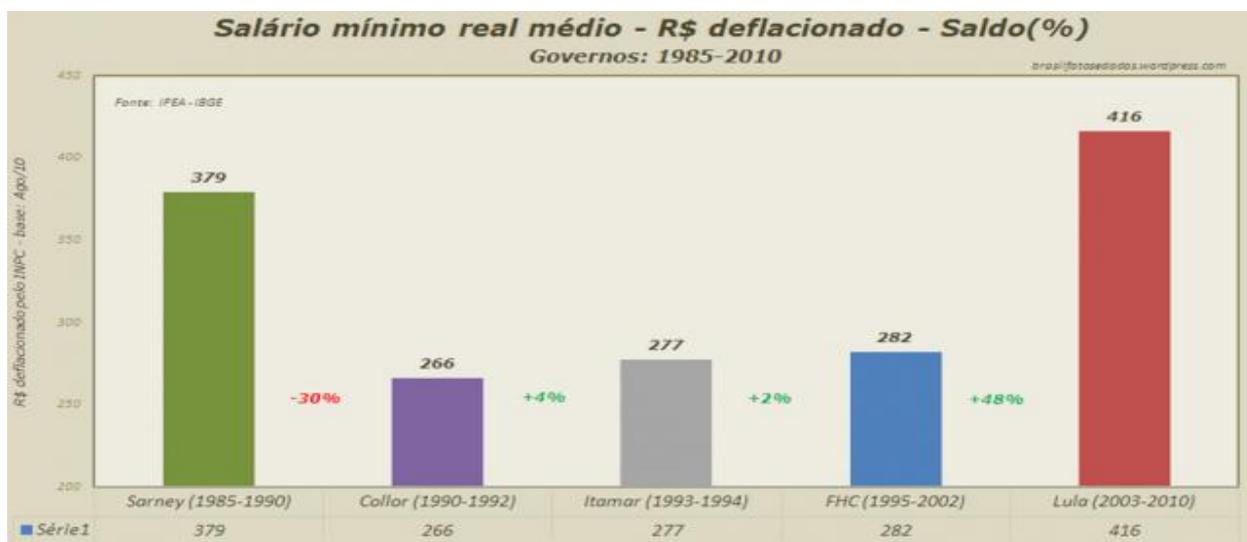
Gráfico 3 – Taxa de juros de abr/97 a Nov/11



Fonte: Site do Ipea

O gráfico 4 mostra que houve evolução do salário-mínimo real no Brasil no período de análise deste estudo, ou seja, de 2005 a 2011. Isso mostra que o poder de compra do brasileiro aumentou.

Gráfico 4 - Renda – Salário mínimo real médio – valor nominal(R\$) por governo: 1985 – 2010 – Brasil



Fonte: Brasil Fatos e Dados, 2010

3.2 Dados socioeconômicos de Salto do Jacuí

Salto do Jacuí foi criado através da Lei Estadual nº 7.657, de 12 de maio de 1982. O município situa-se na região central do Estado, a 218,54 km da capital, e pertence ao Corede Alto Jacuí. Possui 507,425 km² de área territorial.

Conforme dados do IBGE do censo de 2010, sua população é de 11.880 habitantes, dos quais 14,1% vivem na zona rural. Após ter atingido o seu maior pico populacional em 2000, quando contabilizou 12.948 habitantes, o município vem perdendo população a cada censo. Por falta de oportunidades de emprego, há acentuada migração de jovens. Outro fator que expulsa moradores é a decadência dos garimpos de extração de pedra ágata.

O PIB *per capita* do município (IBGE, 2010), em 2009, situou-se em R\$ 14.351. Neste mesmo ano, o PIB *per capita* do Brasil foi de R\$ 16.414 e o do Rio Grande do Sul, R\$ 19.778. De 2005 a 2009, o PIB *per capita* de Salto do Jacuí teve uma evolução de 96%, passando de 7.328 para 14.351.

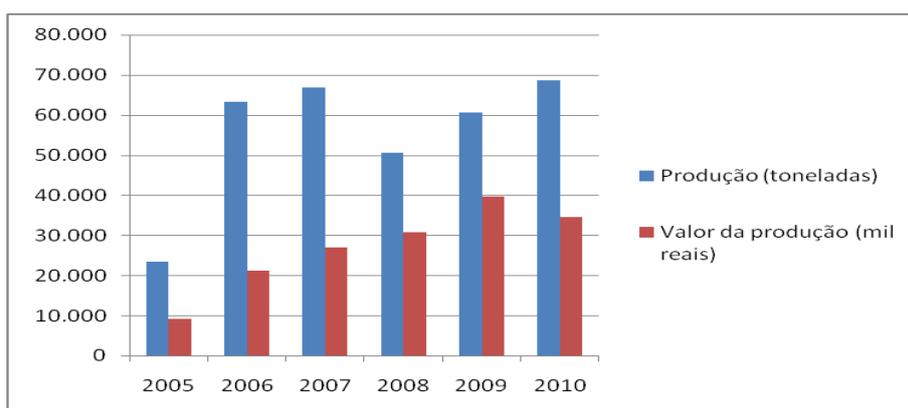
A economia de Salto do Jacuí provém da agropecuária (soja, milho, trigo e criação de gado), extração de pedras ágata, indústrias, geração de energia elétrica e serviços (Gráficos 5,

,6, 8 e 9). O gráfico 5 refere-se à produção agrícola e ao valor da mesma, de 2005 a 2010 (IBGE). O melhor ano em produtividade foi o de 2010, com boa safra de grãos, mas o ano em que houve melhor retorno financeiro foi o de 2009. A safra de 2005 foi prejudicada pela seca, o que justifica a mais baixa produção no período em questão.

O PIB agropecuário de Salto do Jacuí vem crescendo a cada ano, conforme se observa no gráfico 6, de 2005 a 2009. O menor índice registrado foi em 2005, justificado pela seca neste ano. Já o número de cabeças tem variado no período compreendido entre 2005 a 2010.

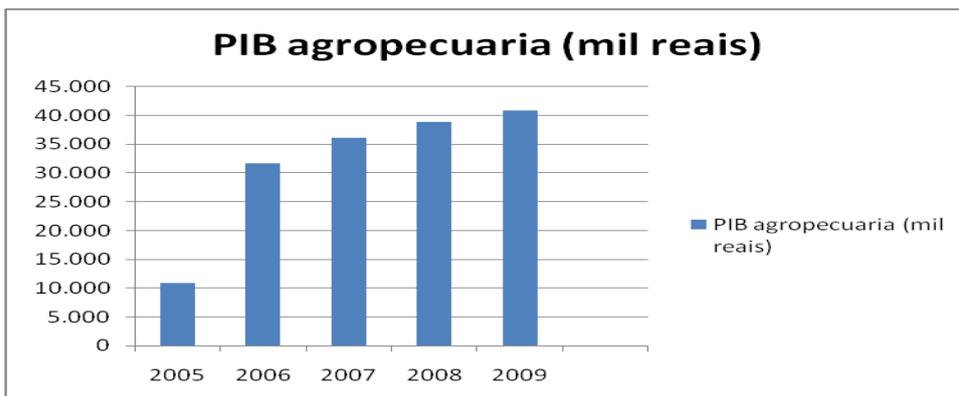
No setor da indústria, os dados do IBGE mostram um aumento significativo do PIB de 2005 a 2007, tendo decaído um pouco, sucessivamente, até 2009. Em parte, este aumento se deve à instalação de uma filial de fábrica de calçados no município. A indústria em Salto do Jacuí se sobressai no beneficiamento de pedra bruta ágata, no processamento de cana-de-açúcar e na fabricação de móveis (gráfico 8).

Gráfico 5 – Produção agrícola de Salto do Jacuí – 2005 a 2010



Fonte: IBGE Cidades

Gráfico 6 – PIB Agropecuária (mil reais) de Salto do Jacuí – 2005 a 2009

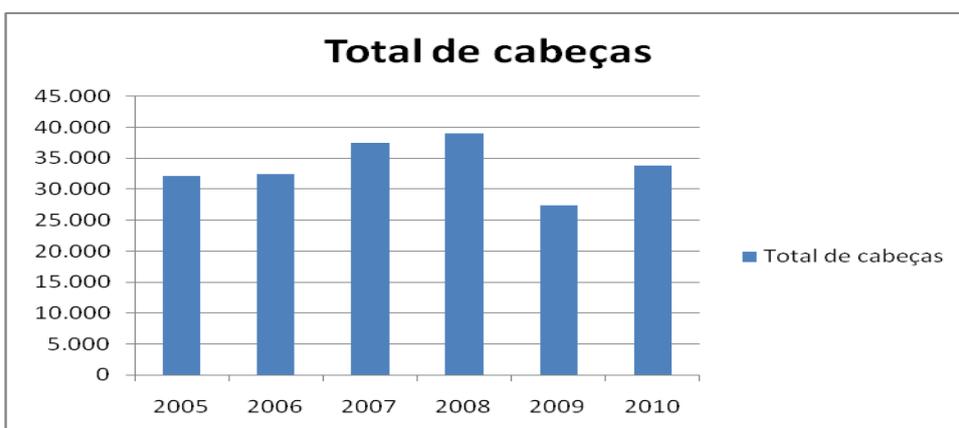


Fonte: IBGE Cidades

No município de Salto do Jacuí estão instaladas as Usinas Leonel Brizola e Passo Real, inauguradas em 1962 e 1973, respectivamente, responsáveis por 65% da energia elétrica gerada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e 35% da carga consumida no Rio Grande do Sul, com aproveitamento das águas do Rio Jacuí. Além disso, no Rio Ivaí, em funcionamento desde 1950, está a Usina do Ivaí, também construída pela CEEE.

Entre 2008 e 2009, foram construídas duas PCHs⁴ no rio Ivaí, pela BEM Rincão do Ivaí Energia S.A., as PCHs Dreher e Kotzian, a primeira no município de Salto do Jacuí e a segunda no de Júlio de Castilhos, na divisa com Salto do Jacuí. A construção destas PCHs gerou em torno de mil empregos diretos e indiretos, movimentando o comércio de Salto do Jacuí, cidade mais próxima das obras.

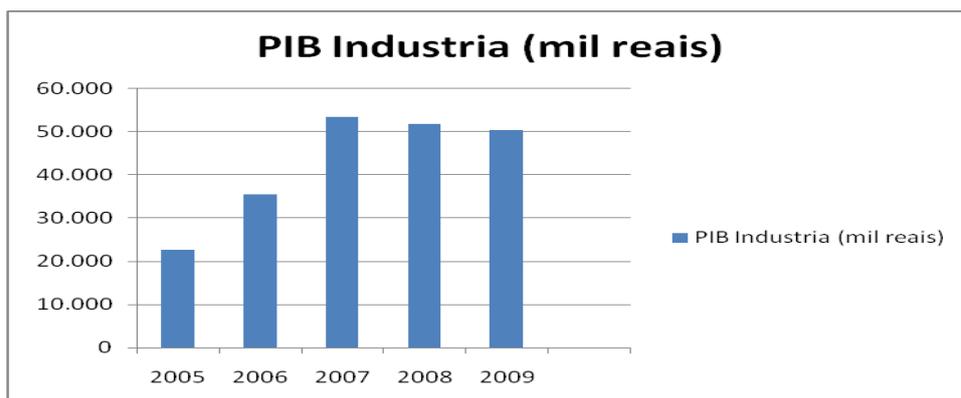
Gráfico 7 – Agropecuária (bovinos e ovinos) – Salto do Jacuí, 2005 a 2010



Fonte: IBGE Cidades

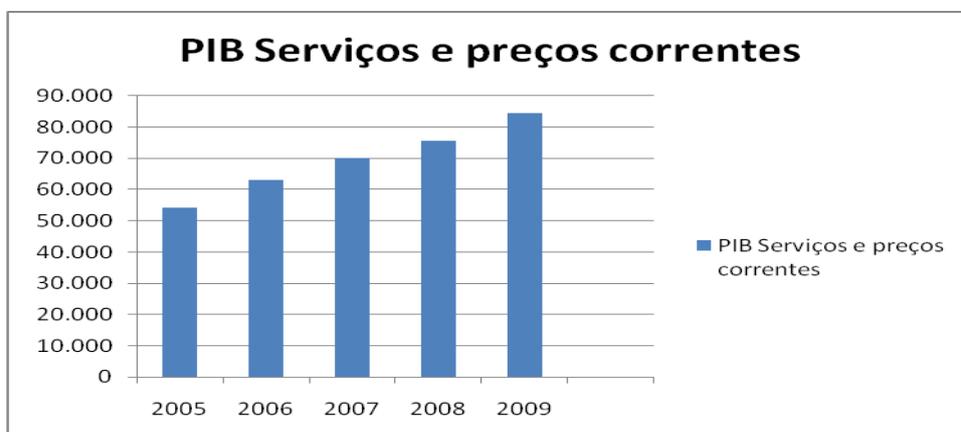
Gráfico 8 – PIB Indústria – Salto do Jacuí, 2005 a 2009

⁴ Pequenas Centrais Hidrelétricas.



Fonte: IBGE Cidades

Gráfico 9 – PIB Serviços e preços correntes⁵ – Salto do Jacuí, 2005 a 2009



Fonte: IBGE Cidades

No PIB referente a Serviços e preços correntes, observa-se um crescimento significativo de 2005 a 2009 (gráfico 9). Provavelmente isso decorre em parte pela construção das PCHs anteriormente citadas.

3.3 Fatores condicionantes da inadimplência em Salto do Jacuí

A seguir, são relacionados os mais importantes eventos ocorridos no município de Salto do Jacuí, portanto, fatores localizados, no período compreendido entre 2005 a 2011, que possivelmente podem ter influenciado a inadimplência no município.

⁵ Preços correntes: valores vigentes nos anos em questão (ARAUJO, 2001)

Entre 2008 e 2010, foram construídas duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no rio Ivaí, que em parte faz a divisa entre os municípios de Salto do Jacuí e Júlio de Castilhos. Essas construções trouxeram benefícios para Salto do Jacuí, na forma de empregos diretos e indiretos durante as obras, além da movimentação do comércio e outros serviços. Finda a construção, em 2010, esses benefícios cessaram (ANEXO A).

No início de janeiro de 2009, um forte temporal de granizo atingiu Salto do Jacuí. Além de destruir casas e telhados na cidade, a chuva de granizo comprometeu as lavouras de soja e de milho (ANEXO B).

Em julho de 2010, a fábrica de calçados Schmidt Irmãos S.A., que desde 2004 tinha uma filial em Salto do Jacuí, encerrou suas atividades na cidade. Centenas de funcionários foram dispensados, o que gerou forte impacto econômico (ANEXO C).

Ainda em 2010, no final do ano, mais um impacto econômico, provavelmente o mais forte de todos. As áreas de garimpo e empresas beneficiadoras de pedra ágata foram interditadas por falta de licença ambiental ou outras irregularidades. Mais de 500 trabalhadores ligados à atividade foram afetados. De forma indireta, atingiu cerca de 2 mil pessoas. Por mês, de acordo com levantamentos feitos na ocasião, deixaram de circular no comércio mais de R\$ 500 mil com a proibição da atividade de mineração. O montante representa de 15% a 20% do PIB anual de Salto do Jacuí. As vendas de Natal e fim de ano foram também de 15 a 20% mais baixas em relação a 2009 (ANEXO D).

3.4 Apresentação dos dados e análise

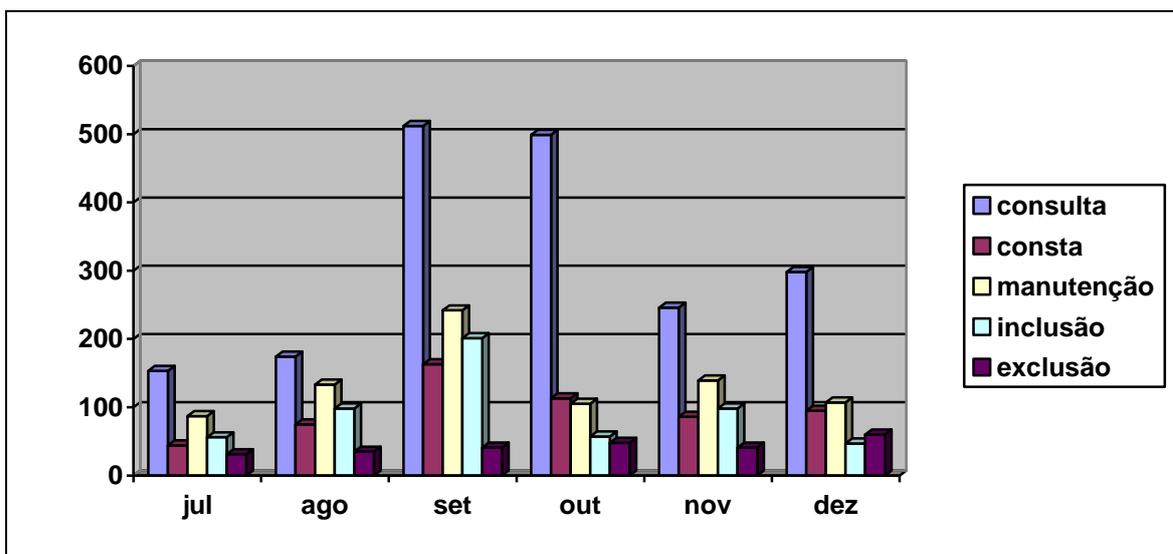
Para este estudo, foram utilizados os dados fornecidos pela ACIS de Salto do Jacuí, de julho de 2005 a junho de 2011. Entre outras finalidades, a ACIS proporciona o serviço de atendimento a seus associados sobre cadastro de pessoas no SPC.

A planilha fornecida pela ACIS contempla, mês a mês, o número de consultas realizadas por agentes do comércio local sobre demandas de compras a prazo de seus clientes. A seguir, indica o número de pessoas dessas consultas que constam no SPC. Por fim, indica o número de pessoas que estão no SPC (manutenção), quantas destas foram incluídas (inclusão) e quantas saíram após saldar suas dívidas (exclusão). Daqui em diante, sempre que se referir a

consultas, número de pessoas e SPC, os dados são sempre localizados, isto é, referem-se exclusivamente ao município de Salto do Jacuí.

Os dados começam a ser analisados a partir do segundo semestre de 2005. Conforme o gráfico 10, setembro foi o mês em que houve maior número de consultas (242) e com maior número de pessoas incluídas (83,06%) no SPC. Em dezembro, houve o maior registro de exclusão do SPC (56,07%), provavelmente em vista do pagamento do 13º salário.

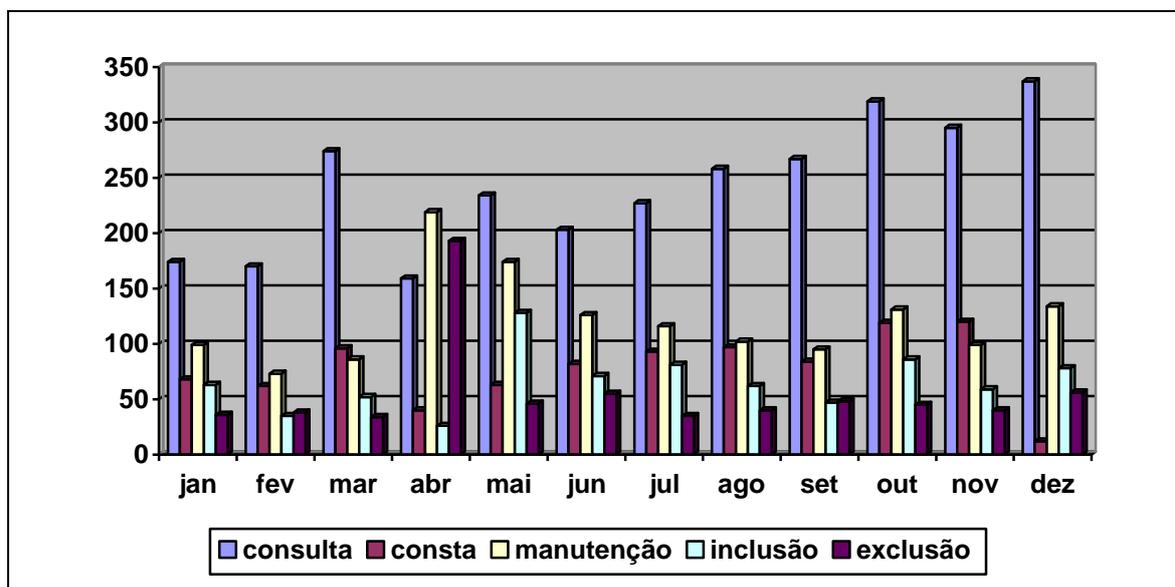
Gráfico 10 - Movimento de consultas, nº de pessoas, manutenção, inclusão e exclusão SPC – julho a dezembro de 2005



Fonte: ACIS Salto do Jacuí (RS)

Em relação ao ano de 2006 (gráfico 11), percebe-se um movimento bem acentuado em todos os itens a partir do mês de março. Abril foi o mês com menor número de consultas (159), mas, em compensação, foi o mês que registrou o maior índice de pessoas cadastradas no SPC (219), das quais 11,87% foram incluídas e 88,13% excluídas. O mês com menor número de pessoas cadastradas no SPC foi fevereiro, com 73, e o mês de maior inclusão foi julho, com 69,83%. Os meses em que houve maior número de consultas foram os três últimos meses do ano.

Gráfico 11 - Movimento de consultas, nº de pessoas, manutenção, inclusão e exclusão SPC – janeiro a dezembro de 2006



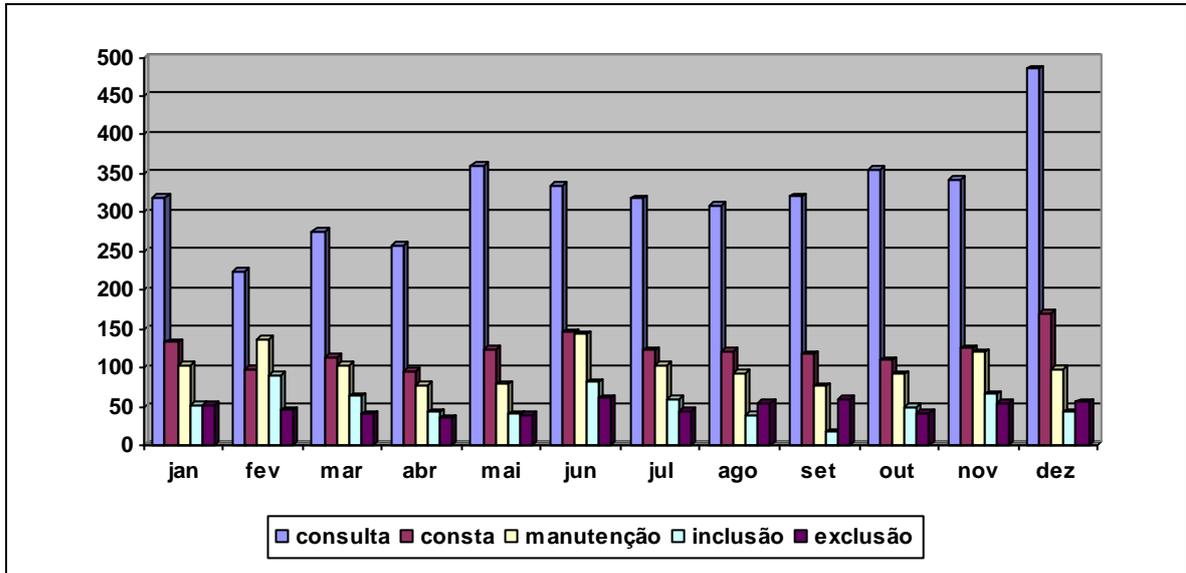
Fonte: ACIS Salto do Jacuí (RS)

O fator sazonalidade (Natal e fim de ano) é bem representado no gráfico 12 em relação a dezembro, em que houve um número bastante expressivo de consultas (485) à ACIS; em compensação, dezembro também foi o mês com maior número de pessoas consultadas mantidas no SPC.

Em 2008 (gráfico 13), novembro foi o mês com maior número de consultas (657) e que também apresentou o menor número de pessoas no SPC (61). Em agosto, houve o maior número de pessoas incluídas no SPC. O mês com menor índice de inclusão (14,89%) foi dezembro e também o que apresentou maior percentual de exclusão do SPC (85,11%).

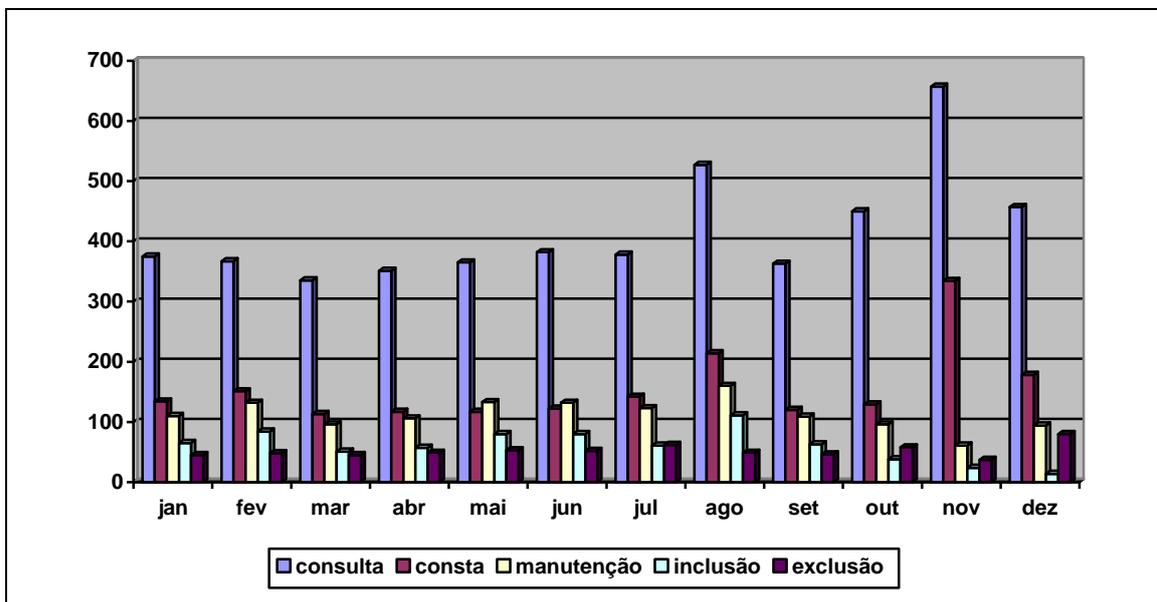
Em 2009 (gráfico 14), o ano começou com pouco movimento de consultas nos meses de janeiro e fevereiro, subindo a partir de março, atingindo seu máximo em julho, quando registrou o maior número de consultas (849). Maio registrou o maior número (276) no SPC, nos quais foram incluídos 63,04% e excluídos 36,96%

Gráfico 12 - Movimento de consultas, nº de pessoas, manutenção, inclusão e exclusão SPC – janeiro a dezembro de 2007



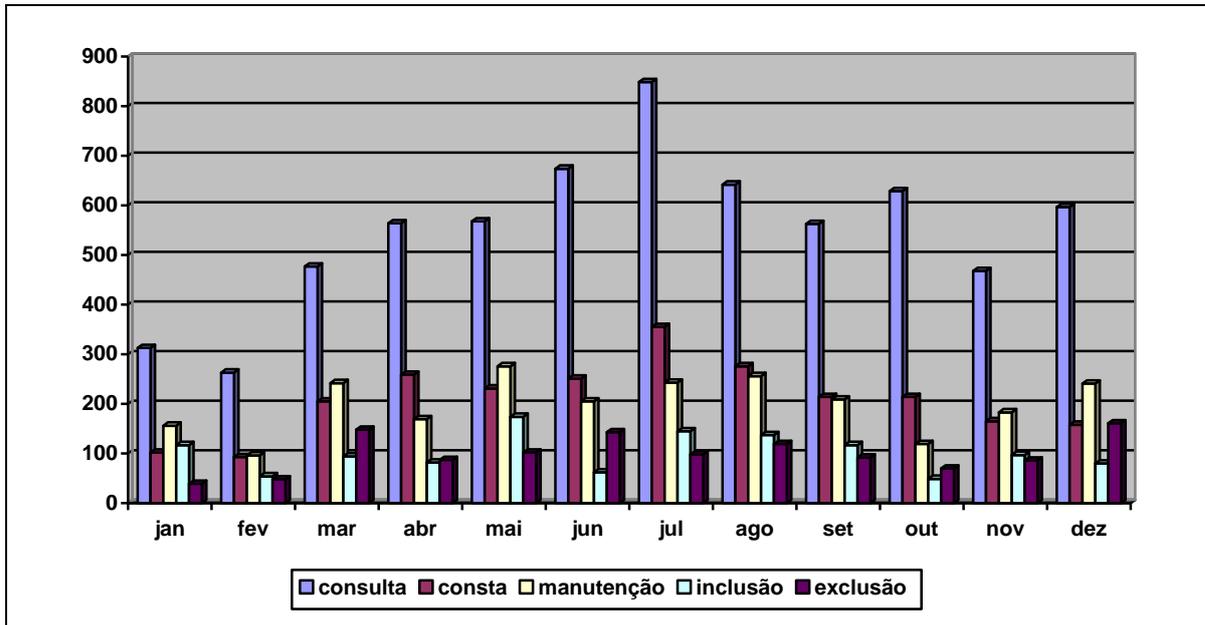
Fonte: ACIS Salto do Jacuí (RS)

Gráfico 13 - Movimento de consultas, nº de pessoas, manutenção, inclusão e exclusão SPC – janeiro a dezembro de 2008



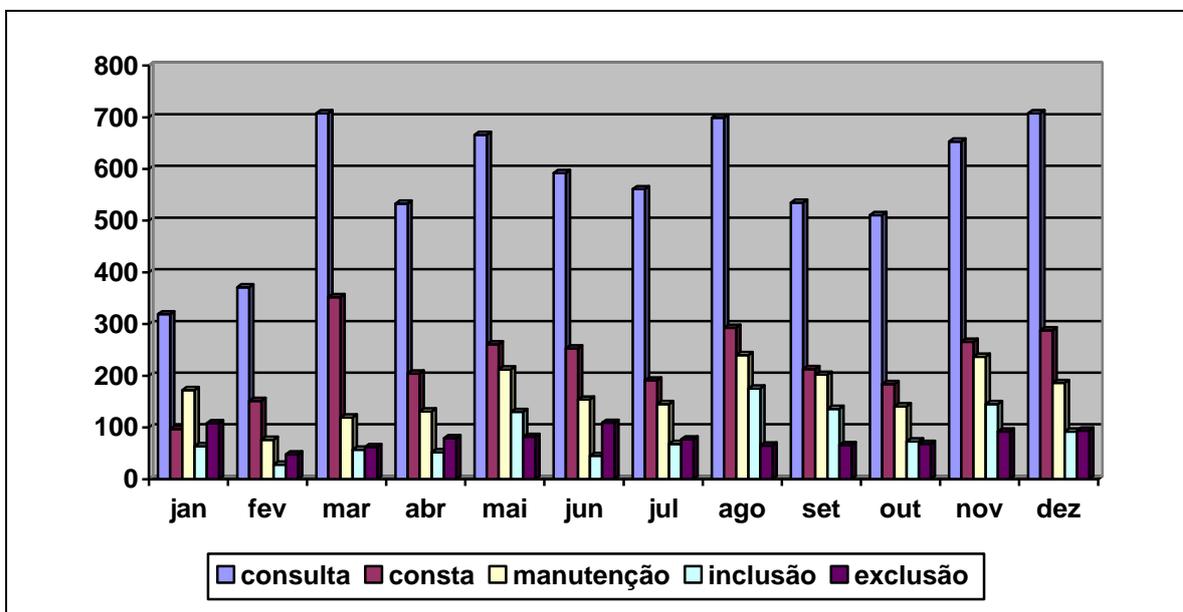
Fonte: ACIS Salto do Jacuí (RS)

Gráfico 14 - Movimento de consultas, nº de pessoas, manutenção, inclusão e exclusão SPC – janeiro a dezembro de 2009



Fonte: ACIS Salto do Jacuí (RS)

Gráfico 15 - Movimento de consultas, nº de pessoas, manutenção, inclusão e exclusão SPC – janeiro a dezembro de 2010

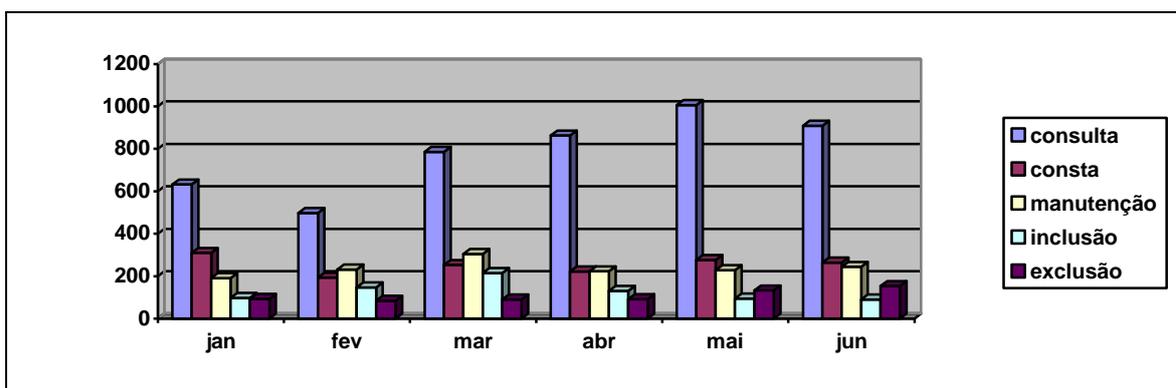


Fonte: ACIS Salto do Jacuí (RS)

Conforme o gráfico 15, os meses de março, agosto e dezembro de 2010 atingiram números altos de consulta por parte do comércio. O mês com maior número de pessoas no SPC foi agosto (240), das quais 72,92% foram incluídas e 27,08% excluídas.

Quanto ao primeiro semestre de 2011 (gráfico 16), março registrou recorde de pessoas cadastradas no SPC (305), entre as quais 70,49% foram incluídas e apenas 29,51% excluídas, menor índice neste quesito. Também houve um número bastante elevado de consultas em maio (1.006). Em relação às consultas, em janeiro, 49,05% das pessoas sobre as quais se pedia referência estavam no SPC.

Gráfico 16 - Movimento de consultas, nº de pessoas, manutenção, inclusão e exclusão SPC – janeiro a junho de 2011



Fonte: ACIS Salto do Jacuí (RS)

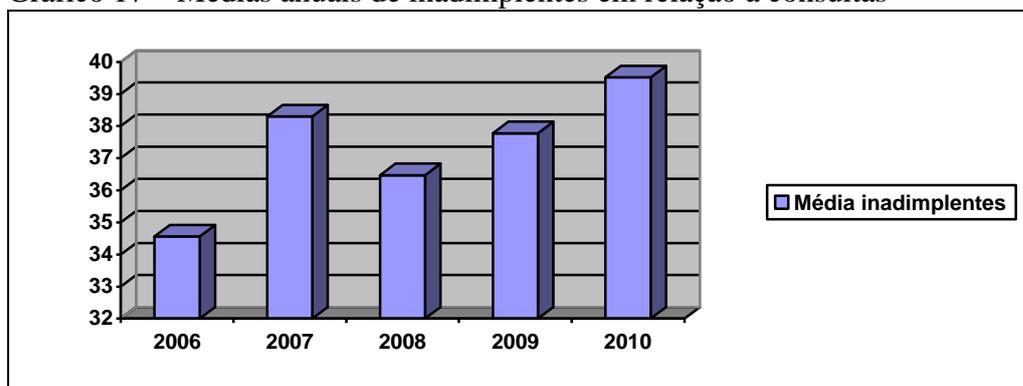
3.5 Análise dos dados em relação a condicionantes

Conforme Pereira (1991 *apud* ROCHA, 2010, p.17)), uma das políticas na concessão de crédito é a liberal, geralmente praticada por pequenos estabelecimentos comerciais, com a velha prática de anotar no “caderno”. Este tipo de política é o que mais ocorria e ainda ocorre em alguns estabelecimentos comerciais de Salto do Jacuí. Ao analisar os dados fornecidos pela ACIS, percebe-se o número de consultas é pequeno em 2005, como, por exemplo, 153 em julho daquele ano, chegando a 1.006 em maio de 2011. A população de Salto do Jacuí não cresceu durante o período em estudo, de sorte que se constata uma maior preocupação por parte das empresas em relação à concessão de crédito em virtude da inadimplência. Isso mostra que os empresários estão saindo de uma certa informalidade no que se refere à liberação de crédito.

Em relação aos fatores que podem ter agido como condicionantes da inadimplência em Salto do Jacuí, relacionados no item 3.2, o primeiro grande impacto foi devido ao temporal de

granizo no início de janeiro de 2009. Seus reflexos podem ter influenciado os números de abril desse ano, quando foram feitas 564 consultas, e destas 45,92% se referiam a pessoas cadastradas no SPC. Um índice tão alto assim só havia sido registrado em novembro de 2008, em que, das 657 consultas, 50,84% estavam no SPC.

Gráfico 17 – Médias anuais de inadimplentes em relação a consultas



Fonte: Dados da ACIS/Salto do Jacuí

No entanto, essa variável pode não ser explicação suficiente, pois a média de pessoas inadimplentes em relação às consultas não é muito diferente de anos anteriores ou posteriores. No segundo semestre de 2005, a média de cadastrados no SPC em relação às consultas foi de 25%; em 2006, 34,56%; em 2007, 38,30%; em 2008, 36,47%; em 2009, 37,78%; em 2010, 39,52%; e no primeiro semestre de 2011, 33,7%. Portanto, de 2006 em diante, quando o número de consultas sobe, o nível praticamente se mantém, com exceção de 2011.

Os fatores fim das construções das PCHs e fechamento da fábrica de calçados Schmidt Irmãos parecem ter trazido maiores reflexos na inadimplência, pois o ano de 2010 foi o que registrou a maior média de pessoas inadimplentes em relação às consultas. Esses dois eventos deixaram centenas de desempregados em uma cidade em que a falta de empregos é gritante e uma das causas de migração, principalmente de pessoas jovens.

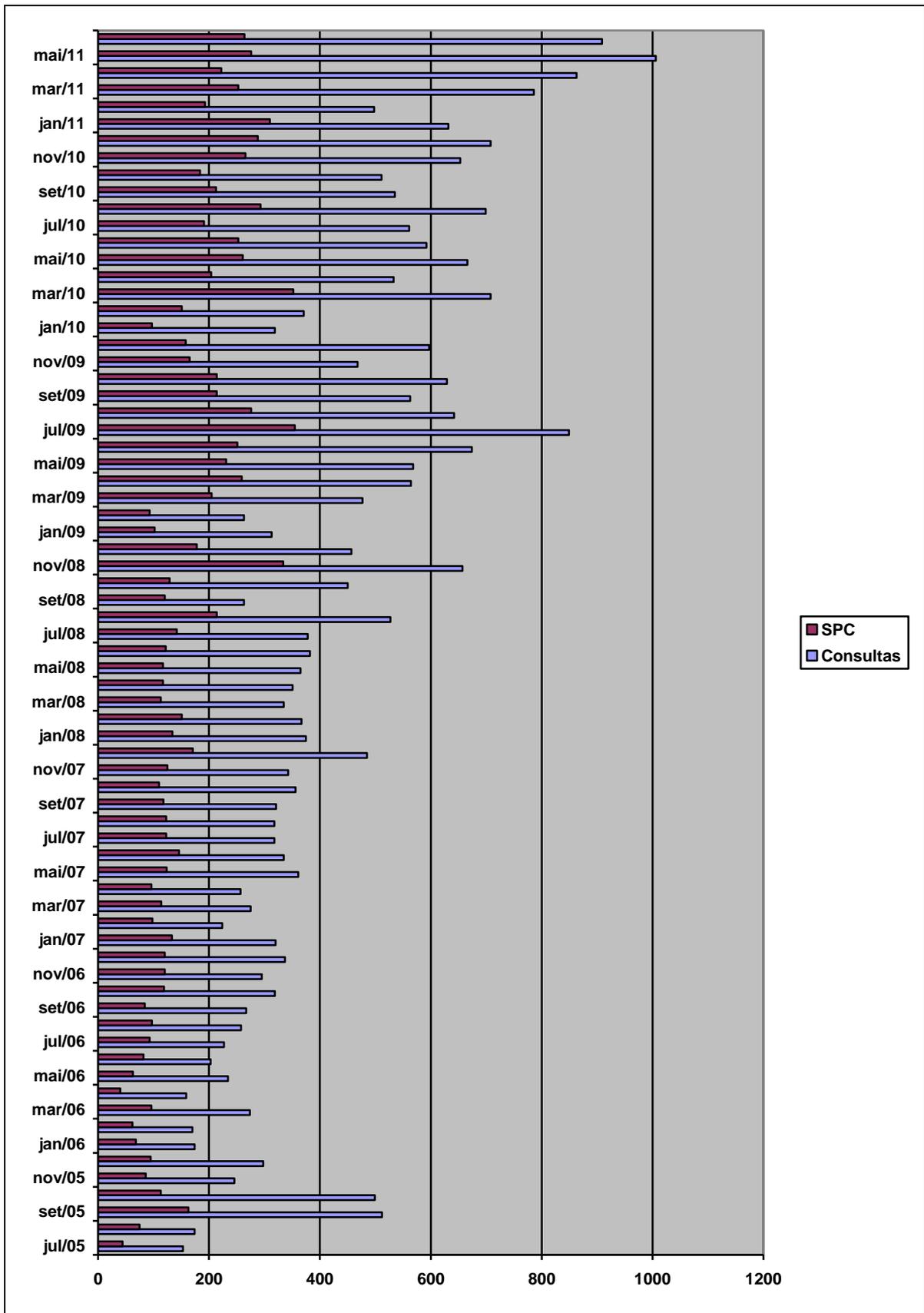
Quanto ao fechamento dos garimpos, os números demonstram que houve aumento no número de pessoas incluídas no SPC no primeiro semestre de 2011. A média de incluídos no SPC nesses meses foi 53,78% (inclusão), com pico em março (70,49%), contra 46,21% que saíram (exclusão), com maior percentual em junho (63,11%).

Através do gráfico 18, que abrange todo o período estudado (julho de 2005 a junho de 2011), os índices de pessoas com registro negativo no SPC começam a ter um aumento significativo a partir de novembro de 2008, ficando em queda até fevereiro de 2009, tornando a subir a partir de março seguinte. Depois disso, alternam-se subidas e descidas, mas sempre com percentuais elevados.

Durante o período estudado, como fatores positivos para a expansão do crédito estão: o aumento do salário-mínimo real, que cresceu 48% entre os anos de 2003 a 2010 (gráfico 4), e a taxa de juros baixa em relação aos anos anteriores (gráfico 3).

No entanto, o PIB de Salto do Jacuí em relação ao Rio Grande do Sul e ao Brasil mostra estagnação entre os anos de 2007, 2008 e 2009, apesar de ter crescido de 2005 a 2007. Com economia estagnada e a presença de fatores condicionantes, o risco de inadimplência é maior.

Gráfico 18 – Pessoas cadastradas no SPC em relação a consultas à ACIS



Fonte: Dados da ACIS/Salto do Jacuí

CAPÍTULO 4 - CONCLUSÃO

O crédito é fundamental para a economia. Quanto maior a abertura de crédito, maior o crescimento da economia. Porém, crédito mais acessível e boas condições para pagamento fazem com que as pessoas se endividem, provocando assim a inadimplência.

Com esse trabalho ficou comprovado que a análise de crédito eficaz na hora da compra é essencial. Assim, além de saber se a pessoa tem seu nome “limpo na praça”, o comerciante também tem em mãos as ferramentas necessárias para se fazer a cobrança da dívida.

O município de Salto do Jacui, não diferente de outros, apresentou altos índices de inadimplência no período analisado de 2005 a 2011. Esses são provocados pela política monetária governamental, com juros baixos e facilidade de crédito. Além disso, em Salto do Jacui, principalmente no primeiro ano do período estudado, a má análise na abertura do crediário está entre os maiores problemas, conforme informação da ACIS.

O aumento do percentual do salário mínimo em determinado mês do ano traz um aumento do poder de compra do brasileiro, que faz com que esse gaste mais. Alguns fatores condicionantes como a tempestade de granizo, fechamento da fábrica de calçados, fim das obras das PCHs e secas ao longo do período também contribuíram para o aumento de inadimplentes.

Concluindo, a inadimplência no comércio de Salto do Jacui não é provocada por apenas motivo, e sim vários. Mas o que fica mais evidente, conforme informação da Associação Comercial, talvez por serem empresas pequenas e lhes faltar estrutura e conhecimentos empresariais, o crédito é dado sem nenhuma análise, muitas vezes apenas se anota o apelido do cliente, sendo impossível saber se é um bom pagador e ainda fica impossível fazer a cobrança se esse não pagar a compra por falta de documento hábil.

REFERÊNCIAS

ALVES, César Moreira. Fatores condicionantes da inadimplência em operações de microcrédito. Dissertação de Mestrado. 2009. Disponível em < http://www.unihorizontes.br/novosite/banco_dissertacoes/151220111554262346.pdf > Acesso em 18 abr.2012.

ARAUJO, Tarcisio Patrício de. Índices e valores monetários a preços correntes e a preços constantes. 2001. Disponível em < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABAHEAD/indices-precos-valores-monetarios-a-precos-correntes-a-precos-constantas> > Acesso em 07 jun.2012.

ARIENTI, Patricia F. F. **Teoria Macroeconômica I**: Departamento de Ciências Econômicas / UFSC, Florianópolis, 2009. 105 f. Curso de Graduação Ciências Econômicas. Florianópolis, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração de capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1997.

BADER, Fani Léa C. **Derivativos de crédito – uma introdução**. Notas técnicas do Banco Central do Brasil, nº 20. 2002.

BEM, Juliana Brugnola de; SANTOS, Kelly Cristina Barbosa dos; COMITRE, Mariana Galiano. Um estudo sobre os impactos causados pela inadimplência e os reflexos na saúde financeira das empresas. Disponível em < <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Negocios/article/viewFile/565/588> > Acesso em 18 abr.2012.

BLATT, Adriano. **Avaliação de risco e decisão de crédito**: um enfoque prático. São Paulo: Nobel, 1999

_____. **Créditos inadimplidos & inadimplência**. 2. ed. São Paulo: Sts, 1998.

BORGES, Israel O. R. Crédito & inadimplência – um estudo multicaso em instituições de ensino da Grande Florianópolis acerca da existência de mecanismos de controle dos riscos financeiros com base na inadimplência. TCC, 2009, UFSC. Disponível em < <http://tcc.bu.ufsc.br/Adm290377.pdf> > Acesso em 15 out.2011.

BRASIL – Fatos e dados. 2010. < <http://brasilfatosedados.wordpress.com/2010/10/01/renda-salario-minimo-real-medio-valor-nominalr-por-mandato-1986-2010/> > Acesso em 11 jun.2012.

BRASIL, Banco Central, **Indicadores Econômicos Consolidados de 13 de outubro de 2011**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 15 out. 2011.

BRASIL, Banco Central. Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/?SPBSELIC> > Acesso em 15 mai.2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Macroeconomia Pós - Plano real: as relações básicas. In: SICSÚ, J; PAULA, L. F; MICHEL, R. (orgs). **Novo-desenvolvimentismo**: Um projeto nacional de crescimento com equidade social. 1. ed. Barueri, SP: Monoele e Konrad Adenauer, 2005a, p. 3-47.

CARVALHO, Carlos E.; ABRAMOVAY, Ricardo. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In: SANTOS, C. A. (org.). 2. ed. **Sistema financeiro e micro e pequenas empresas**: Diagnósticos e perspectivas. Brasília: Sebrae, 2004. 189 p.

CDL / Porto Alegre. Inadimplência. Disponível em < http://www.cdlpoa.com.br/portal/produtos_e_servicos/spc.aspx > Acesso em 15 mai.2012

CNDL/BRASIL. Indicadores. Disponível em < http://www.cndl.org.br/mostra_indicadores.php?id=12 > Acesso em 10 mai.2012

CORREIO DO POVO. Salto do Jacuí: interdição afeta economia. Disponível em < <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=101&Caderno=9&Noticia=243570> > Acesso em 20 mai.2012.

FIORENTINI, Sandra Regina Bueno. **Inadimplência: como evitar e resolver**. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 17 mar. 2009.

GALDI, Guilherme. **Inadimplência – Risco, oportunidade ou os dois**. Disponível em: <<http://www.creditperformance.com.br/reporter/2009-08-00/inadimplencia-risco-oportunidade-ou-os-dois/>>. Acesso em: 05 nov. 2011.

GIL, A. C. Métodos da Economia. In: _____ **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 31-43.

IBGE. Cidades: Salto do Jacuí. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> > Acesso em 22 mai.2012

_____. PIB Brasil 2009. Disponível em < [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1571&id_pagina=1&titulo=Em-2009,-PIB-varia--0,2%-e-fica-em-R\\$-3.143-bilhoes](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1571&id_pagina=1&titulo=Em-2009,-PIB-varia--0,2%-e-fica-em-R$-3.143-bilhoes) > Acesso em 06 ju.2012.

IPEA. Indicadores macroeconômicos. Disponível em < <http://www.ipeadata.gov.br/> > Acesso em 05 jun.2012.

LOPES, João C. ; ROSSETTI, José P. **Economia monetária**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1998. 494p.

MACHADO, Dorival dos Santos. Atraso ou inadimplência? Disponível em: < <http://www.inadimplenzero.com.br/artigos-inadimplencia-cobranca.asp#atraso> > Acesso em 15 mai.2012.

MAIA, Guilherme B. Da S.. **Racionamento de crédito e crise financeira: uma avaliação Keynesiana**. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3103.pdf >. Acesso em: 15 mar.2012.

ORTIGARA, Anacleto Ângelo. **Causas que condicionam a mortalidade e/ou sucesso das micro e pequenas empresas no estado de Santa Catarina.** 2006. 168 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em < <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/viewFile/1530/920> > Acesso em 05 nov.2011.

PRADO, Renata Grunberg Almeida; BASTOS, Norton Torres de; DUARTE JUNIOR, Antônio Marcos. Gerenciamento de riscos de crédito em bancos de varejo no Brasil. Disponível em < http://risktech.com.br/PDFs/unicredit_varejo.pdf > Acesso em 15 mar.2012.

ROCHA, Fabiana Cunha. **A inadimplência de créditos do setor bancário brasileiro: um estudo do caso.** Orientado por João Randolfo Pontes. Florianópolis, 2010. 53 f. Monografia - Universidade Federal de Santa Catarina, bacharelado em Ciências Econômicas. Florianópolis, 2010. Disponível em < <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292738> > Acesso em 02 abr.2012.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SERASA EXPERIAN. Indicadores. Disponível em < <http://www.serasaexperian.com.br/> > Acesso em 15 mai.2012.

SILVA, José Pereira. **Gestão e Análise do Risco de Crédito.** São Paulo: Atlas, 2000.

SOUZA, Ednamar Alves de. **Análise dos fatores que influenciam a inadimplência dos clientes da empresa T.C.Morais.** Orientado por Maria das Graças Bastos de Sousa. Gurupi, 2007. 57 f. Trabalho de conclusão de curso, bacharelado em administração - Faculdade UNIRG, 2007.

WALBUZA, Cenyra Maria. **Análise da inadimplência dos consumidores na região metropolitana de Vitória - ES.** 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ANEXO A – Término das PCHs

Cidades > Capa

ANO 115 Nº 337 - PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2010

Nova PCH no rio Ivaí entra em operação neste mês



Pequena Central Hidrelétrica Engenheiro Henrique Kotzian, localizada no município de Júlio de Castilhos, pode gerar 13 megawatts

Crédito: Raquel Lazzarotto / divulgação / cp

MARIA PIOVESAN | mpiovesan@correiodopovo.com.br

A Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Engenheiro Henrique Kotzian, localizada no município de Júlio de Castilhos, entrará em operação comercial na primeira quinzena deste mês. A usina tem capacidade de geração de 13 megawatts (MW). "Temos uma linha de transmissão de 13 quilômetros até a subestação do Salto do Jacuí, onde a energia é injetada para o mercado", explica Janio Stefanello, presidente da Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento (Coprel).

Outra PCH na região é a Engenheiro Ernesto Jorge Dreher, situada no município vizinho de Salto do Jacuí. A hidrelétrica gera 17,7 MW de potência e começou a operar em março. Os dois empreendimentos são abastecidos pelo rio Ivaí, que nasce em Tupanciretã, passa por Cruz Alta e desce para Salto do Jacuí, no lago da Usina do Passo Real. Stefanello diz que esse tipo de usina é usado principalmente em mananciais de pequeno e médio portes que tenham desníveis significativos durante o percurso, gerando potência hidráulica suficiente para movimentar as turbinas. "O diferencial é que a PCH não tem lago de acumulação e é na força da queda d'água que ocorre o volume da energia gerada", explica.

Segundo o presidente da Coprel, durante as obras foram criados em torno de mil empregos diretos e indiretos. "Isso demonstra a importância desses empreendimentos para a região, além de ser um projeto que gera economia aos municípios", ressalta. As PCHs também têm baixo impacto ambiental e social, pois não deslocam as famílias de suas terras. Foram investidos nas hidrelétricas R\$ 143 milhões, por meio de financiamento da Caixa Econômica Federal e capital próprio de investidores como Coprel, Construtora Metropolitana, Boca do Monte Participações e Félix Borges Caon. Stefanello diz que o sonho da cooperativa é gerar, nos próximos dez anos, toda a energia que consome, dando segurança às atividades rurais, urbanas e industriais.

Fonte: <correio@correiodopovo.com.br>

ANEXO B – Temporal de granizo – janeiro/2009

Forte granizo atinge Salto do Jacuí

Desabrigados estão sendo levados para ginásios de esportes e residências que não tenham sido danificados

Por volta das 19h desta quinta-feira, forte granizo atingiu cerca de 80% das residências da área central de Salto do Jacuí, na região central do Estado, segundo a Brigada Militar.

Telhados foram danificados, e vidraças, quebradas. O prédio da BM foi um dos locais afetados.

Ainda não há informações sobre vítimas, e o município permanece sem luz. Os desabrigados estão sendo levados para ginásios de esportes e residências que não tenham sido danificados.

Fonte: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/01/forte-granizo-atinge-salto-do-jacui-2361754.html>>

Chuva de granizo deixa 20 pessoas feridas em Salto do Jacuí (RS)

Uma chuva de granizo atingiu o município de Salto do Jacuí (RS) na noite de quinta-feira (8) e deixou ao menos 20 pessoas feridas, segundo informações da Defesa Civil do

Estado.

O temporal atingiu a cidade por volta das 19h e durou dez minutos. A Defesa Civil informou que, durante o período, cerca de 2.200 casas tiveram os telhados danificados e cerca de 600 pessoas tiveram que deixar suas residências --500 ficaram desalojadas e 100 desabrigadas.

Segundo informações da Defesa Civil, algumas dessas pessoas já retornaram às residências nesta sexta-feira, mas não souberam informar quantas. Um novo levantamento será divulgado no sábado (10).

As lavouras de soja e de milho do município também foram comprometidas pelo granizo. A chuva continuou na região durante toda noite de quinta-feira (8) e a madrugada de sexta.

Fonte: <http://www.achetudoeregiao.com.br/noticias/cotidiano290.htm>

ANEXO C – Fechamento da fábrica de calçados Irmãos Schmidt

Empresa troca o Rio Grande do Sul pela Nicarágua

Valor Econômico - 08/12/2010

Sérgio Bueno | De Porto Alegre

Insatisfeita com as condições locais para competir contra os concorrentes asiáticos - sobretudo os chineses - no mercado internacional, a fabricante de calçados femininos Schmidt Irmãos, com sede em Campo Bom (RS), decidiu ir para a Nicarágua. A empresa vende 100% da produção para os Estados Unidos e a Europa e até o início de 2011 deve concluir a transferência das linhas fabris para a zona franca industrial de Zaratoga, na capital Manágua, onde começou a operar em setembro deste ano.

Fundada em 1943, a Schmidt Irmãos tinha 21 unidades industriais entre os municípios

gaúchos de Campo Bom, Agudo, Barra do Ribeiro, Tapes, Arroio do Tigre, Sobradinho, Salto do Jacuí e Cachoeira do Sul, segundo informações ainda disponíveis em sua página na internet. A produção chegava a 4,5 milhões de pares por ano e o número de funcionários, a 3 mil, mas desde julho a empresa desativou as unidades em seis dessas oito cidades e reduziu o quadro de funcionários para cerca de 500 pessoas.

Por enquanto seguem em operação as unidades de Campo Bom, com aproximadamente 350 empregados, conforme informou o presidente do sindicato dos sapateiros da cidade, Vicente Selistre, e de Agudo, que tem pouco mais de cem funcionários, de acordo com a secretária de Indústria e Comércio do município, Simone Cardoso. Selistre calcula que as duas fábricas juntas produzem 3 mil pares por dia, o que daria perto de 800 mil pares por ano.

Conforme o secretário de Indústria e Comércio de Campo Bom, Marcos Riegel, porém, a produção local deve ser desativada até o início do próximo ano e a partir daí a empresa deverá manter apenas as equipes administrativas e de desenvolvimento de produtos na cidade. Em Agudo as informações também são de que a fábrica deve fechar em breve, informa a secretária municipal.

O Cafta, acordo de livre comércio firmado entre países da América Central e os Estados Unidos, foi decisivo para a decisão da Schmidt Irmãos, que opera em Manágua com o nome de SCA Footwear Nicarágua. Segundo o consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Ênio Klein, a região também exporta sem impostos para a Europa, onde a empresa é dona da marca Globo. Só isso dá uma vantagem competitiva de 10% a 12% em relação ao Brasil, que enfrenta essas alíquotas nas vendas para os dois destinos, explica.

Na Nicarágua a empresa ainda fica livre dos impactos da valorização do real, consegue colocar os produtos nos mercados consumidores mais rapidamente e tem acesso a mão de obra farta e barata, acrescenta Klein. De acordo com ele, as despesas com pessoal equivalem a cerca de 50% dos custos de produção no segmento de calçados femininos, que exige uma grande quantidade de operações manuais. "A indústria de calçados é uma manufatura leve, de fácil realocação, e acredito que outras empresas brasileiras podem seguir o mesmo modelo", comenta Klein.

Conforme as informações disponíveis na página da agência público-privada de promoção de investimentos ProNicaragua, a Schmidt Irmãos investiu US\$ 10 milhões na implantação da fábrica local.

A operação começou com 700 funcionários, mas deve chegar a 1,4 mil até dezembro e a 1,8 mil no fim do ano que vem. Já a produção partiu de 1,5 mil pares por dia em quatro linhas e deve alcançar 10 mil em dez linhas até o fim de 2010.

Até agora a maior parte das unidades fechadas pela empresa no Rio Grande do Sul foi adquirida por outras indústrias do setor, como a West Coast, a Calçados Jacob (fabricante de produtos da marca Kildare) e a HG Indústria e Comércio, o que também garantiu o aproveitamento da maioria dos funcionários, lembra o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados do Estado, João Batista Xavier.

A exceção ficou por conta de Salto do Jacuí, onde a unidade foi fechada em julho, com a demissão de cerca de cem pessoas. Segundo o prefeito da cidade de menos de 12 mil habitantes, Ilton Costa, desde então o município vem fazendo contatos com outras empresas calçadistas e de outros setores para ocupar a fábrica desativada, mas até agora não obteve sucesso. O prédio pertence à prefeitura e estava cedido sem custos para a Schmidt Irmãos.

O Valor entrou em contato com a Schmidt Irmãos e tentou conversar com o diretor de recursos humanos, Luiz Carlos Silvestrin, responsável pelo atendimento à imprensa, mas não obteve retorno. O executivo também não respondeu ao e-mail encaminhado com perguntas sobre a transferência da empresa para a América Central.

Fonte: <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?cod=687333>

Salto do Jacuí

14/08/2004

Fábrica de calçados inaugura hoje

Está marcada para hoje, às 10 horas, a inauguração da fábrica de calçados Schmidt Irmãos, no Distrito Industrial. Esta será uma das dez filiais espalhadas por todo o Estado, da empresa que é sediada em Campo Bom.

Atualmente a fábrica está instalada no ginásio da escola municipal Darci Teodoro Sampaio, com o objetivo inicial de dar treinamento aos funcionários. "Já saímos do período de treinamento; hoje estamos produzindo parcialmente, cortando e costurando - mas sem montar - o nosso próprio calçado, que será finalizado nas novas instalações", explica o gerente industrial da fábrica, Marco Antônio Rancheski.

Na próxima segunda e terça-feira, 16 e 17, será realizada a mudança das máquinas e materiais ao novo prédio, no Distrito Industrial. Toda a semana seguinte deve ser de adaptações, sendo previsto para o dia 23 o início efetivo dos trabalhos.

Conforme Marco Antônio, atualmente a fábrica dispõe de 94 funcionários; mas, até o dia 23 deve contratar outros 94, obedecendo uma lista de espera já preenchida. "Dependendo da demanda da empresa, esperamos estar com 300 funcionários até o fim do ano", comenta.

Durante a solenidade, na manhã de hoje, a construtora ASJJ, de Marau, responsável pela obra, fará a entrega do prédio à Prefeitura, e esta repassará para Schmidt Irmãos, através de contrato de cedência. Estará presente na oportunidade o gerente da empresa na região centro-serra, Leonel Silvestrin, que representará toda a direção. Foram convidadas também autoridades municipais e regionais, além do governador Germano Rigotto, que deve enviar representante.

Fonte: <http://www.espumoso.net/folha/historia/salto2004.html>

ANEXO D – Fechamento de garimpos e beneficiadoras de pedra ágata

Referência por possuir uma das maiores jazidas de ágatas do mundo, Salto do Jacuí sofreu um dos maiores impactos econômicos de sua história no mês de dezembro. Em cerca de 100 anos de garimpo, quando imigrantes alemães chegaram ao município dando início à extração rudimentar, jamais se viu máquinas paradas e tantas pessoas impedidas de retirarem o sustento da mineração. Mais de 500 trabalhadores estavam ligados diretamente à atividade. De forma indireta, esse número passa para 2 mil, segundo cálculos da Prefeitura.

A grande maioria dos operários, desiludida, está deixando Salto do Jacuí depois da força-tarefa que envolveu o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Ministério do Trabalho e Receita Federal. Nessa operação foram interditados e multados seis garimpos em aproximadamente 17 hectares, alguns deles instalados em Áreas de Preservação Permanente

(APPs) do Rio Jacuí. A ação também atingiu empresas de beneficiamento e comércio que estavam sem licença ambiental, de acordo com os órgãos fiscalizadores. Além de diversas irregularidades trabalhistas, que geraram autos de infração, foram aplicados R\$ 142 mil em multas, inclusive para os cofres públicos.

Por mês, de acordo com um levantamento preliminar básico, deixa de circular no comércio mais de R\$ 500 mil com a proibição da atividade de mineração. Isso representa um montante que oscila entre 15% a 20% do Produto Interno Bruto (PIB) de Salto do Jacuí por ano. Conforme a presidente da Associação Comercial e Industrial (Acis), Meraci Pasa, as vendas de Natal e final de ano foram 15% a 20% mais baixas em relação a 2009 em virtude de três fatores: fechamento da filial da Schmidt Irmãos Calçados; término de obras em usinas e a proibição de atividades com a ágata. “Nossa esperança é que a safra de soja e outras culturas alavanque, ou amenize, os prejuízos no comércio”, destaca.

DEMORA

Para evitar que os trabalhadores deixem a cidade, Pasa propõe a qualificação da mão de obra, ação que fomentaria o ingresso dos mineradores em outros ramos, como a construção civil. De acordo com o secretário de Mineração, Indústria, Comércio e Turismo de Salto do Jacuí, Flávio de Jesus Nogueira, a cidade contratou, por licitação, uma empresa para trabalhar na emissão dos laudos ambientais para a busca dos licenciamentos na Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). Em maio de 2010 houve o encaminhamento de um requerimento com pedido de licença de operação à autarquia. No entanto, o órgão até agora não forneceu a resposta.

O encaminhamento de toda a documentação ocorreu por intermédio do Departamento de Meio Ambiente. “Estávamos tentando oferecer os laudos, com supervisão e fiscalização da Geoclean, a preços mais baixos. A burocracia impediu”, explica Nogueira.

Para este mês, conforme Nogueira, está marcada uma reunião entre todos os envolvidos e o Ministério Público Federal. “Tentaremos encontrar uma saída para essa problemática que nos assolou bem em uma época que deveria ser de alegria com a chegada do Natal e de 2011. Estamos orientando a todos e fazendo a nossa parte”, afirma. Foram afetados mineradores (extração), beneficiadores e comerciantes (inclusive de artesanato).

Sustentável

O prefeito Ilton Larri Costa destaca que é preciso encontrar uma forma de conciliar a exploração e o respeito às leis ambientais. “Devemos buscar uma forma viável para produzirmos e preservarmos nossas riquezas. A ação refletiu em um forte impacto no comércio”, diz. Costa lembra, porém, que não existe mineração sem modificar a paisagem. “Teremos uma atividade sustentável à medida que usarmos a tecnologia e a qualificação em nosso favor”, revela.

Fonte: http://www.gaz.com.br/noticia/255942-trabalho_com_pedras_sofre_reves.html